

## **COLÉGIO PEDRO II**

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura  
Programa de Pós-Graduação em Educação das Relações Étnico-Raciais no  
Ensino Básico - Ererebá

Ana Paula Ferreira Marinho

## **NOSSAS ESCRIVIVÊNCIAS NO CEJA MARÉ**

Rio de Janeiro  
2020



Ana Paula Ferreira Marinho

## **NOSSAS ESCRIVIVÊNCIAS NO CEJA MARÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico.

Orientadora: Professora Dra. Alline Torres Dias da Cruz.

Co-orientador: Litt.D. Osmar Soares da Silva Filho.

Rio de Janeiro

2020

## COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

### CATALOGAÇÃO NA FONTE

M338 Marinho, Ana Paula Ferreira  
Nossas escrivências no CEJA MARÉ / Ana Paula Ferreira  
Marinho. - Rio de Janeiro, 2020.

62 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação das  
Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá)) – Colégio Pedro  
II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Aline Torres Dias da Cruz.

Co-orientador: Osmar Soares da Silva Filho.

1. Relações étnico-raciais – Estudo e ensino. 2. Direitos humanos.  
3. Literatura negra. I. Cruz, Aline Torres Dias da. II. Silva Filho, Osmar  
Soares da. III. Colégio Pedro II. IV. Título.

CDD 305.8

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.

Ana Paula Ferreira Marinho

## **NOSSAS ESCRIVIVÊNCIAS NO CEJA MARÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico.

Aprovado em: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

---

Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup>Alline Torres Dias da Cruz (Orientadora)  
Colégio Pedro II

---

Litt.D.Osmar Soares da Silva Filho (Co-orientador)  
Colégio Pedro II

---

Litt.D. Máxima de Oliveira Gonçalves  
Colégio Pedro II

---

Prof<sup>a</sup>.MaAndressa Santana Batista  
Professora da Rede Municipal de Araruama

*Dedico este trabalho aos meus pais in memoriam*

## **AGRADECIMENTOS**

A Exu, Oxalá, Oxum e a todos os meus guias espirituais, por me ajudarem a vencer todos os obstáculos impostos pela vida nessa trajetória.

Aos meus pais *in memoriam*, à minha irmã Luciana e à minha irmã do coração Elisangela por todo apoio nos momentos em que passamos.

Aos Mestres, pelas correções e ensinamentos que me proporcionaram apresentar um melhor trabalho de término de curso.

A todos docentes, discentes e funcionários do CEJA Maré, pela acolhida e valiosos ensinamentos.

Às minhas amigas Michele e Alexandra, pelas trocas de experiências dentro e fora da sala de aula.

*Apesar das acontecências do banzo há de nos restar a crença na  
precisão de viver e a sápiante leitura das entre-falhas da linha-vida.*

*Conceição Evaristo*

## RESUMO

MARINHO, Ana Paula Ferreira. **Nossas escrituras no CEJA MARÉ**. 2020. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação para as Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2020.

Este trabalho baseia-se no conceito de escritura, no conto “Maria”, de Conceição Evaristo, publicado no livro *Olhos d’Água* (2014), e na aplicação de oficinas sobre o conto com os alunos do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA Maré), da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Tal instituição escolar oferece o curso de Educação de Jovens e Adultos na modalidade de Ensino Fundamental semipresencial. Os principais objetivos do trabalho são: perceber a existência de identificação dos estudantes como pessoas negras; observar como pessoas negras e nordestinas se reconhecem no conto selecionado; identificar a presença de experiências e de elementos de negritude em seus relatos.

**Palavras-chave:** CEJA. Direitos humanos. Relações étnico-raciais. Literatura negra.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2. O QUE “MARIA DIZ A MIM.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Maria.....</b>	<b>16</b>
<b>3. OFICINA “MARIA” NO CEJA MARÉ.....</b>	<b>19</b>
<b>4. TROCANDO EXPERIÊNCIAS COM OS MELHORES.....</b>	<b>29</b>
<b>4.1 Experiências escrevivências.....</b>	<b>31</b>
<b>5. NOSSAS ESCREVIVÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>
<b>6. FALANDO SOBRE O CEJA/MARÉ (CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS).....</b>	<b>42</b>
<b>6.1 O PPP.....</b>	<b>43</b>
<b>6.2 Breve descrição do corpo docente: experiência no PEJA ou na e características do quadro de professores.....</b>	<b>43</b>
<b>7. AUTOAVALIAÇÃO.....</b>	<b>45</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO A - DESENHOS PARA ILUSTRAR O LIVRO CONFECCIONADO PELOS ALUNOS.....</b>	<b>52</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as nossas escrevivências, a partir dos diálogos com os alunos do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA Maré), por meio das oficinas em que analisamos o conto “Maria”, do livro *Olhos d’Água*, da autora Conceição Evaristo, onde foram trabalhadas as experiências de vida de cada participante. A minha história de vida e o meu reconhecimento como mulher negra são o que me levam a refletir sobre a minha identidade. Questões que vêm me movendo e transformando-me como mulher e profissional. Sou uma professora do ensino fundamental (antigo curso normal) e licenciada em letras Português/Espanhol, artesã, expositora, sonhadora, idealista e que busca algumas possíveis respostas em meus incômodos pessoais.

Após ter estudado no curso de especialização em Pedagogia Social Para o Século XXI da UFF, cursado a especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (EREREBÁ) do Colégio Pedro II e participado de dois cursos de extensão em Direitos Humanos, Racismo e Intolerância Religiosa na NEPP-DH UFRJ e o V Curso de Introdução à Cultura e Mitologia Nagô-Yorubá, promovido pela Diretoria de Extensão do Colégio Pedro II, percebi que tais cursos foram fundamentais para a minha formação, pois contribuíram para que houvesse uma reflexão interna sobre a minha ancestralidade e espiritualidade, bem como sobre a sociedade, os direitos humanos, e os espaços de voz, principalmente da mulher negra.

Sou formada em Letras/Espanhol pela Universidade Federal Fluminense (UFF), localizada no município de Niterói/Rio de Janeiro, mas não exerço nesse momento a profissão de professora. Estudei no Colégio Estadual Dr. Adino Xavier (CEDAX), localizado no município de São Gonçalo/Rio de Janeiro, durante quase todo ensino básico, mas por um desejo de infância, fiz a matrícula no tão sonhado e conceituado Instituto de Educação Clélia Nanci (curso normal). Após vários vestibulares, a minha primeira aprovação foi para a UFRJ (Letras/Latim), mas não fui feliz; algo naquele momento me incomodava, pois eu não queria ser bacharel pesquisadora e sim professora licenciada (lecionar). Solicitei a minha transferência para o curso de Letras/Latim na UFF e, posteriormente, houve a mudança de curso para Letras/Espanhol. Particpei de inúmeras experiências, principalmente como bolsista, que me fizeram crescer pessoal e profissionalmente.

O estudo sobre a história da África foi algo que sempre me fascinou. Há cerca de quinze anos, houve uma mudança na legislação, quando o então presidente da República sancionou, inicialmente a Lei 10.639/03:

da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003, não paginado, grifo do autor).

E depois, a Lei 11.645/08, dando nova redação ao Art. 26-A.:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008, não paginado).

Os anos passaram e a obrigatoriedade, mesmo estando presente em nossas leis, carece de oferta de uma formação especializada em nossas instituições de ensino.

Durante o meu estudo sobre as culturas afro-brasileiras e indígenas, tive o imenso prazer de prestar o processo seletivo para o curso de especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico do Colégio Pedro II. Após as aulas, os debates de cunho étnico-racial com a turma e professores, algumas cicatrizes na alma que estavam guardadas começaram a fazer o coração pulsar mais forte e essa inquietude me levou a, ao mesmo tempo, cursar o PROEJA, modalidade de ensino que foi criada inicialmente pelo Decreto Federal nº. 5.478, de 24/06/2005, denominado Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Sua criação foi uma decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos; bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio. O programa teve, inicialmente, como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Por meio do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006, foi ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), um curso voltado para jovens e adultos e ofertado pelo Colégio Pedro II. O PROEJA é um curso ofertado a toda a comunidade no turno da noite, para todos os que desejam concluir o ensino médio e realizar o ensino médio profissionalizante ou obter uma nova oportunidade de um curso profissionalizante.

Para confecção desse trabalho monográfico, contei com o consentimento e convite da professora de língua portuguesa Helaine Christian Alves, do Centro de Educação de Jovens e Adultos da Maré, da Secretaria Municipal de Educação (CEJA/SME) para participar do projeto que ela desenvolve, desde 2018, junto à equipe do Colégio, o projeto “Chá Literário no CEJA”.

Quando soube da natureza do projeto, apresentei-lhe as intenções da Oficina “Maria” a Helaine, cuja culminância se dava por abordar a obra de Conceição Evaristo no Chá Literário. As oficinas foram realizadas junto aos alunos do CEJA Maré, valendo-nos do conceito de “escrevivência”, pensado pela escritora Conceição Evaristo bem como de pressupostos teóricos freireanos.

Assumimos, desse modo, o desafio de levar para a sala de aula, por meio de oficinas com os estudantes, nossa sugestão citada anteriormente. Essa proposta pedagógica se relaciona à minha história de vida como mulher negra e à minha ancestralidade. No término das oficinas, propusemos aos alunos a inscrição no curso PROEJA, ofertado pelo CPEI em vários *campi*.

Buscamos também, neste trabalho, observar como pessoas negras e nordestinas se reconhecem a partir da leitura e análise do conto selecionado e perceber se houve a identificação da maioria dos estudantes como pessoas pertencentes da comunidade da Maré, o que demonstra relevância porque, segundo Paulo Freire (1987, p. 17):

Quem melhor preparado que os oprimidos, para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação que não chegará pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando essa se revista de falsa generosidade referida.

Como dissemos, para este trabalho junto aos alunos do CEJA Maré, foi escolhido o conto “Maria” do livro *Olhos d’Água*, de Conceição Evaristo, com o objetivo de promover o desenvolvimento de pesquisas reflexivas interdisciplinares e pensamentos críticos sobre sociedade em que estamos inseridos, cujo cerne é dotado de preconceitos, racismo e xenofobia violências voltadas, respectivamente, contra o povo negro e contra nordestinos radicados fora dos estados de origem.

Durante as interações em sala de aula, foram abordados vários assuntos, entre eles o feminicídio e violência doméstica, os quais também são abordados no conto “Maria”. A partir do que fora levantado, os alunos atingiram um dos objetivos principais deste trabalho que era o de identificação, isto é, constituírem-se por meio de suas falas como indivíduos, inseridos nas realidades sócio-históricas escolhidas. Os seja, pretendíamos ir a campo em busca do olhar do observado, um olhar que estivesse em contato direto com a realidade de opressão, de descaso em que estão inseridos, contando, ainda, com a presença de embasamento teórico que nos permitisse (re)conhecer não só os sujeitos, mas também estas vozes invisibilizadas. Em outras palavras, pensamos em uma monografia cujo fio condutor é o do relato de como são as vidas desses sujeitos na Comunidade da Maré, dentre outras discussões suscitadas a contento. Um fio

condutor dessa natureza atende à necessidade de repensarmos os conteúdos que devem ser trabalhados na educação básica, desde as leis já aqui citadas que recomendam uma mudança profunda no currículo escolar, isto é, a transformação do elemento africano, afro-brasileiro e indígena em principal no eixo curricular, não mais como temática adjacente ou coadjuvante, ou mesmo como personagens subalternizados na posição de objetos da história, sem o lugar digno de sujeito da história. Assim, esta oficina se mostrou pertinente neste sentido.

Entre os temas importantes abordados ao longo do curso de especialização EREREBÁ, marcou-me muito a reflexão crítica sobre o nosso currículo escolar. Durante as aulas, observamos que as escolas de ensino geral e de formação de professores, antes da Lei 11.645/08, não recebiam a devida atenção quanto ao tema da educação das relações étnico-raciais. A constatação deve-se ao fato da percepção e análise de que há um ensino hegemônico, eurocentrado e colonizador que impõe a perda da identidade ancestral e cultural do povo negro e indígena e que viola seus direitos culturais, políticos e educacionais. Faz-se necessário rompermos os grilhões de um currículo engessado, empobrecido em todos os sentidos, para levarmos para a academia as nossas histórias: de desigualdade social, resistência cultural, violência e intolerância com as tradições religiosas de matrizes africana e indígenas. Urge repensar um novo currículo com o intuito de discutirmos, analisarmos e formarmos os alunos com o pensamento crítico, repleto de novas ideias baseadas em uma educação antirracista. Isso se constitui, de certo modo, em um grande desafio. Durante toda a minha vida escolar e acadêmica, não tive contato com conteúdos pertinentes que estão vinculados ao nosso povo negro e indígena.

Assim, com a finalidade de ilustrarmos a nossa discussão sobre o conto “Maria”, trago a canção “Dona de mim”, da cantora Iza, uma mulher negra, jovem, empoderada e que está influenciando de forma positiva muitas pessoas da nossa sociedade indistintamente de sexo, gênero e idade. O verso “Já me perdi tentando me encontrar” retrata como vivem boa parte das mulheres da Comunidade da Maré com que tive contato no CEJA, as quais, tantas vezes, enfrentaram inúmeras dificuldades por falta de oportunidades socioeconômicas; por questões culturais das comunidades onde vivem, onde o machismo está presente, assim como em tantos outros setores da sociedade brasileira, e é reproduzido na visão de que “o lugar de mulher é dentro de casa”. Deste modo, a gravidez por volta dos 14 e o cuidado dos filhos, assumindo o papel de mãe e pai ao mesmo tempo, são (foram) algumas das dificuldades enfrentadas por elas. Confirmamos no refrão:

Me perdi pelo caminho  
Mas não paro, não  
Já chorei mares e rios

Mas não afogo, não. (IZA, 2018, não paginado).

Notamos que muitas dessas mulheres viveram situações extremamente difíceis em seus caminhos, outras conseguiram ultrapassar vários e pesados problemas e retomar os estudos; e, após as nossas oficinas, enfatizamos a ideia de que é possível conquistar o seu espaço de voz por direito e não basta apenas sonhar e sim ir à luta para conquistar o que almejam.

Foi viabilizando um espaço de reflexão que se tornou possível ensinar uma postura de motivação aos alunos e, principalmente, às alunas, destacando a ideia de que temos garantias constitucionais de nossos espaços, direitos, deveres; e de que poderemos ser o que desejamos em nossa vida. Todos eles chegarão um dia aos destinos traçados, caso consigam vislumbrar uma possibilidade de realidade diferente da que é contemplada nos limites dos muros invisíveis da favela onde moram atualmente; e com isso, de fato, mudarem a sua história de vida.

Deixo a minha fé guiar  
Sei que um dia chego lá  
Porque Deus me fez assim  
Dona de mim. (IZA, 2018, não paginado).

## 2 O QUE “MARIA” DIZ A MIM?

O conto escolhido para trabalharmos no CEJA foi “Maria”, publicado no livro *Olhos d'Água* (EVARISTO, 2018). O conto causou um impacto imensurável quando me foi apresentado pela primeira vez no curso EREREBÁ, pois na universidade não tive a oportunidade de conhecer a literatura de escritoras negras e, principalmente, de Conceição Evaristo. É preciso propagar a literatura de mulheres negras do Ensino Básico ao nível da graduação e nos conscientizarmos de que não existe somente a literatura branca conforme prega o ensino colonizador.

O conto me levou a refletir sobre a minha existência como mulher negra, com formação de professora, e sobre quais contribuições poderei trazer para a sala de aula, como ocorrido no curso do CEJA Maré. Ao realizar pesquisas sobre a legislação educacional e direitos humanos, fiz uma reflexão tomando como base os Direitos Humanos. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos no Artigo 23º (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p.4):

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual. 3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social. 4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

A nossa realidade tem sido diferente do que a legislação e as convenções e acordos internacionais definem como nossos direitos, pois as oportunidades de trabalho estão cada dia mais difíceis para a população e, principalmente, para a negra. Digo isto pois o sistema capitalista a todo momento nos ilude com ofertas de oportunidades de trabalho; na verdade, podemos denominá-las de “pseudo-ofertas”, afinal, é exigida qualificação profissional e, o que se observa é que esse mesmo sistema capitalista nega o acesso à qualificação, excluindo grande parte das pessoas. Quantos irmãos negros estão nos calçadões do desemprego em busca de oportunidades para garantir o seu sustento e o de sua família. Em muitos momentos, por falta de oportunidades, acabam se submetendo ao mínimo para sobreviver, lhes faltando, em muitos momentos, o básico para manter o mínimo de dignidade. A minha “escrevivência” (conceito criado por Conceição Evaristo, durante a elaboração de sua pesquisa de dissertação de mestrado, em 1995), neste trabalho que ora desenvolvo, é o resultado de um passado de lutas, para conquistar meus objetivos: filha de doméstica e pintor, ambos com pouquíssima instrução educacional, mas com a ideia de que as suas filhas deveriam traçar e caminhar por novos horizontes. Para mim, nunca foi fácil quebrar todos os pedregulhos impostos pela sociedade,

mas, seguir em busca dos ideais e reafirmar uma posição perante uma sociedade racista, excludente, é necessário. Neste sentido, a escrita dessa monografia é impregnada pela minha condição de mulher negra.

Resgato, aqui, os ensinamentos de Conceição Evaristo (2018), quando esta afirma que “escreviver” é escrever a escrita da vivência enquanto mulher negra na sociedade brasileira:

[A escrevivência] seria escrever a escrita dessa vivência de mulher negra na sociedade brasileira. Eu acho muito difícil a subjetividade de qualquer escritor ou escritora não contaminar a sua escrita. De certa forma, todos fazem uma escrevivência, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções. A minha escrevivência e a escrevivência de autoria de mulheres negras se dá contaminada pela nossa condição de mulher negra na sociedade brasileira. Toda minha escrita é contaminada por essa condição. É isso que formata e sustenta o que estou chamando de escrevivência. (EVARISTO, 2018, não paginado).

De acordo com a escritora, é muito difícil a subjetividade de qualquer escritor ou escritora não se fazer presente em sua escrita. De certa forma, todos fazem uma escrevivência, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções. Logo, para ela, tanto a sua escrevivência quanto a de autoria de outras mulheres negras se dá entremeada por essa condição na sociedade brasileira. Conceição Evaristo (2018) nos conta em “Maria” de uma maneira real, simples, delicada e emotiva, a história de uma mulher negra e pobre que deixa em casa os seus filhos para trabalhar. No conto, a autora apresenta temas como o racismo, o preconceito, os lugares da mulher negra na sociedade brasileira como uma mão de obra barata, sucateada, e a violência racial e de gênero. Embora o Artigo 23 da Declaração dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948) nos fale sobre o direito universal ao trabalho, podemos observar que esse direito, mesmo garantido legalmente pela adesão do Brasil aos acordos internacionais, não é praticado no conto que tem como protagonista uma mulher negra e pobre.

Ao fazer a leitura do conto, foi e ainda é inevitável não me emocionar, pois ele retrata a realidade de muitas mulheres, principalmente negras, no Brasil. O conto me fez voltar ao meu passado, quando a minha mãe, que não era negra, ainda que de pele morena, semelhante a de povos indígenas, trabalhava como empregada doméstica na casa de pessoas brancas, de poder aquisitivo elevado, e era extremamente explorada em seu trabalho. Lembrei-me muito bem das vezes em que a minha mãe trazia sobras das refeições da casa dos patrões para completar as nossas refeições ou comidas que ela mesma não podia comprar com o seu pagamento e a renda do meu pai, o qual era negro, e, que, durante alguns momentos da sua vida, ficou desempregado; lembrei-me também das roupas, objetos que eles não achavam mais úteis e nos doavam, e, assim, nos contentávamos e sonhávamos com dias melhores.

Casal esse que formou duas filhas professoras que sempre estudaram em instituições públicas. Nunca me esqueço das muitas vezes que a minha mãe me buscava no Colégio Estadual Dr. Adino Xavier onde eu estudava, subia as escadarias do morro onde morávamos no município de São Gonçalo, com sol ou chuva e me dizia: “Não estou subindo esse morro à toa”. Tenho certeza de que, onde ela estiver, está feliz e realizada com as nossas conquistas, as quais para muitos pareciam impossíveis.

## 2.1 Maria

No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. [...] Daria para comprar também uma lata de Toddy. As frutas estavam ótimas e havia melão. As crianças nunca tinham comido melão (EVARISTO, 2018, p. 39-40).

O ápice da relação entre a patroa e a empregada é uma relação de dependência socioeconômica, pois Maria, na narrativa de Conceição Evaristo (2018), fica satisfeita e grata com o que lhe é ofertado ao término da festa. Este fato nos leva a refletir sobre a relação de poder econômico e social entre as personagens desta ficção, e como essa relação existe em nossa sociedade no que diz respeito aos direitos garantidos formalmente e à exploração e desigualdade vivenciada pelas mulheres negras. O conto nos apresenta a situação degradante de uma mulher negra que trabalha em uma casa de família com pouquíssimos direitos garantidos, situação que se resume com a imagem das sobras das refeições que são levadas para casa com o intuito de completar os alimentos à sua mesa, que é precária, afinal, esta recebe o mínimo pelos serviços prestados. (EVARISTO, 2018).

Naquele dia, Maria não chegou em casa para abraçar e alimentar seus filhos, pois se tornou mais um corpo estendido no chão:

Tudo foi tão rápido, tão breve, Maria tinha saudades de seu ex-homem. Por que estavam fazendo isto com ela? O homem havia segredado um abraço, um beijo, um carinho no filho. Ela precisava chegar em casa para transmitir o recado. Estavam todos armados com as facas a laser que cortam até a vida. Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher estava todo dilacerado, queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho. (EVARISTO, 2018, p. 42).

Os atos cometidos no desfecho desse conto nos levam a refletir sobre o feminicídio. A violência contra a mulher, principalmente, a mulher negra, vem aumentando estatisticamente no Brasil. Todos os indicadores estão aumentando, conforme podemos ver: “os casos são recorrentes e o dado não é novo: a cada cinco dias, no estado do Rio de Janeiro, uma mulher é assassinada pelo simples fato de ser mulher” (MORAES; MANSO, 2019, não paginado),

segundo o Dossiê Mulher do Instituto de Segurança Pública. Já em termos mundiais, o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) (IGNÁCIO, 2019). O país só perde para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em número de casos de assassinato de mulheres.

As agressões, violências físicas, verbais e psicológicas estão associadas ao machismo e ao racismo. Inúmeras mulheres, principalmente negras, são vítimas constantes de estupros, espancamentos, mutilações, violências obstétricas, violência policial (principalmente com moradoras de área de risco e comunidades). É importante afirmar que as violências ocorrem desde o seio familiar até o seu meio de convívio mais amplo, onde muitas vezes suas vozes são silenciadas para que não ocorra a denúncia contra o agressor. O feminicídio é o auge da violência cometida contra a mulher,

No trecho do conto, fica clara a prática de feminicídio contra a protagonista, pois a sua vida é tirada de forma brutal e sem defesa, com exceção do motorista que manifesta a sua voz para protegê-la. No entanto, a fúria dos homens foi maior. Maria era apenas uma simples passageira de todos os dias, porém foi agredida verbalmente e posteriormente a agressão física a leva a óbito; mesmo após a argumentação do motorista uns passageiros imbuídos de ódio, preconceito, racismo, machismo tiraram a vida de uma mulher honesta, trabalhadora e que havia deixado os seus filhos em casa para trabalhar, como muitas mulheres negras da nossa sociedade fazem cotidianamente.

A primeira voz, a que acordou a coragem de todos, tornou-se um grito: Aquela negra puta, aquela negra safada estava com os ladrões! O dono da voz levantou e se encaminhou em direção à Maria. A mulher teve medo e raiva. Que merda! Não conhecia o assaltante algum. Não devia satisfação a ninguém. Olha só, a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher. Alguém gritou: Lincha! Lincha! Lincha!...Uns passageiros desceram e outros voaram em direção à Maria. O motorista tinha parado o ônibus para defender a passageira. – Calma pessoal! Que loucura é esta? Eu conheço esta mulher de vista. Todos os dias, mais ou menos neste horário, ela toma o ônibus comigo. Está vindo do trabalho, da luta para sustentar os filhos [...]. (EVARISTO, 2018, p. 42).

A violência praticada na atualidade é o reflexo da desigualdade social e histórica. Os corpos das mulheres negras, através do tempo, foram transformados em objetos sexuais, e muitas relatam que sofrem assédios, os quais ocorrem em todos os lugares do seu convívio social com maior frequência do que as mulheres brancas. Podemos afirmar que o assédio sexual, violências e o possível feminicídio é decorrente do desemprego, do trabalho (principalmente o doméstico), condições desumanas e ganhos financeiros muito abaixo da média nacional. Como argumenta Pasinato (2019, não paginado):

Temos que manter em pauta também temas do debate como gênero, a importância de

falar nisso, explicar o que é esse conceito, mostrar como ele é importante para que a gente possa compreender essa desigualdade social que acaba se refletindo em violência contra as mulheres, que é a expressão mais dramática disso.

O conto "Maria", infelizmente, é uma história que se repete insistentemente na vida de outras "Marias" que acompanhamos nos jornais, noticiários, internet e até mesmo em nossas famílias. Conceição Evaristo transformou as dores da violência em literatura. Por longos anos, a educação brasileira, em todos os níveis de ensino, desconsiderou as histórias das mulheres negras no Brasil, invisibilizando as influências dos povos de matrizes africanas e indígenas e todos os seus descendentes na formação e sustentação do país.

Em virtude dessa invisibilidade, o governo criou a Lei 10.639/03 e mais tarde a Lei 11645/08, tornando, assim, obrigatório o ensino de História da África e dos africanos e dos povos indígenas em todas as instituições públicas. Hoje, parece haver no Brasil uma conscientização maior do grande prejuízo histórico e cultural causado a toda população brasileira, principalmente aos povos excluídos, que passaram (mas ainda passam) por racismos e preconceitos imensuráveis e incalculáveis.

A educação brasileira, no entanto, precisa caminhar ainda mais no sentido da desconstrução de ideias e práticas racistas que por séculos foram reproduzidas nas instituições de ensino e na sociedade. Isto vale para o âmbito religioso, que impacta a vida de muitos indivíduos e comunidades, e, todos sabemos que a religião "oficial" no Brasil contribuiu muito para a institucionalização do racismo.

Tem sido um trabalho árduo desconstruir o pensamento embranquecido, colonizador, que tenta apagar todas as nossas histórias negras e indígenas e que enaltece somente o povo europeu e seus descendentes. Por todo local que passamos no país, há o predomínio da hegemonia cultural europeia. A arquitetura de muitas cidades nos mostra isso, por exemplo, além das publicidades de um modo geral, das produções de novelas, teatro e cinema.

Para fortalecermos a educação antirracista, é necessária uma conscientização plena da real necessidade de mudança, que passa pela busca de qualificação profissional dos envolvidos nessa empreitada, pesquisa, coletivos, vivência cultural e o reconhecimento dos lugares de direito de fala de todos.

### 3. OFICINA “MARIA” NO CEJA MARÉ

No presente capítulo, apresentamos a oficina aplicada no CEJA Maré, cuja temática versou sobre mulheres negras na literatura, direitos humanos, relações étnico-raciais, tomando como ponto de partida o conceito de “escrevivência” de Conceição Evaristo e das histórias de vida dos alunos do CEJA. Através dos relatos dos estudantes, podemos detectar e analisar muitos dos incômodos já mencionados anteriormente com vistas à erradicação de uma educação colonizadora e uma sociedade sem políticas públicas a partir das histórias de vidas relatadas.

Sobre Conceição Evaristo e escrevivência, é necessário tomar nota que:

Hoje, considerada uma escritora brasileira de relevância internacional, Conceição Evaristo ainda extrai o conformismo da tradição ao traçar uma estética que, como afirma Marcos Fabrício da Silva, culmina numa atitude de emancipação epistemológica e performática a partir de uma articulação entre ficção e história, nomeada, pela autora, de “escrevivência”[..]

[...] O conceito, então, se destaca pela aproximação por um lado e distanciamento por outro da realidade transformada em ficção com o objetivo de trazer um diferente olhar para a cena literária habitual em que os estereótipos e os lugares dos negros, brancos, pobres e ricos estão muito demarcados. Levando a questão da identidade e diferença para o texto literário, a escrevivência teria esse duplo papel de releitura ou rasura da história e reversão do estereótipo da mulher negra no país, pois tem à frente mulheres intelectuais e conscientes do poder da transformação da leitura e escrita. (CORTES, 2016, p. 51 e p. 53).

Durante as oficinas, observamos inúmeros problemas relacionados a preconceito, racismo, precariedade de políticas de assistência social, direitos humanos, corpos violados, violências cometidas por empregadores para com as suas empregadas domésticas, alto índice de feminicídio e, principalmente, entre mulheres negras em todo o Brasil.

Como sabemos, Conceição Evaristo nasceu numa favela da zona sul de Belo Horizonte. Teve que conciliar os estudos com o trabalho como empregada doméstica, até concluir o curso Normal, em 1971. Já aos 25 anos, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou num concurso público para o magistério e estudou Letras na UFRJ.

Na década de 1980, entrou em contato com o Grupo Quilombhoje. Estreou na literatura em 1990, com obras publicadas na série *Cadernos Negros*, publicada pela organização. A autora é mestra em Literatura Brasileira pela PUC-Rio, e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. Suas obras, em especial o romance *PonciáVicêncio*, de 2003, abordam temas como a discriminação racial, de gênero e de classe. A obra em questão foi traduzida para o inglês e publicada nos Estados Unidos em 2007.

De acordo com a própria Conceição Evaristo (2017), ao criar a palavra “escrevivência”, ela não teria a intenção de produzir um conceito. O termo vai nascer fundamentado no

imaginário histórico que a escritora pretendia “rasurar”, um imaginário que traz a figura da “mãe preta” contando histórias para adormecer a prole da casa-grande. “Quero ‘borrar’ a imagem da ‘mãe preta’ contando histórias”, afirma Conceição Evaristo (2017, não paginado). Para a autora “nossa escrevivência conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva, justamente para acordar os da Casa-Grande.” (EVARISTO, 2017, não paginado). Tais histórias debruçam-se sobre as tradições afro-brasileiras, relembram e bem relembram casos de dispersão que os mares contam, se postam atentas diante da miséria e da riqueza que o cotidiano oferece, assim como escrevem as suas dores e alegrias íntimas. (EVARISTO, 2005 *apud* CORTES, 2016, p.53).

No decorrer das oficinas e após a apresentação de Conceição Evaristo aos alunos, foi observado que os alunos traziam consigo fortes marcas das histórias contadas pelas suas mães, avós, e grandes mulheres negras que fizeram parte da sua história de vida. Conceição também chama de escrevivência esse resgate do passado, que passa pela valorização de todas as histórias de vidas, trazendo a oralidade a se eternizar através da escrita, o que revela também as saliências e limites entre realidade, ficção e recriação literária:

[...]estas histórias não são totalmente minhas, mas me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas. Invento? Sim, invento sem o menor pudor. Então as histórias são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecido e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. [...] Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar minha escrevivência. (EVARISTO, 2011 *apud* CORTES, 2016, p. 57).

A oficina com os estudantes do CEJA Maré foi dividida em partes somando-se quatro dias de oficinas, Chá Literário e formatura. No primeiro dia, foram tecidos alguns diálogos com os estudantes, uma forma de sondagem e diagnóstico da turma. Discuti com os alunos os direitos assegurados pela nossa legislação e a educação das relações étnico-raciais, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o Estatuto da Igualdade Racial Lei nº 10.639/03, Lei nº 11.645/08, Lei nº 7.437/85, o preconceito racial como contravenção penal e direitos humanos.

Esses apontamentos foram essenciais, pois partimos do pressuposto de que é fundamental que promovamos uma política educacional com o objetivo de acabar com os pensamentos ou qualquer tipo de ideias que nos levem à discriminação racial ou ao preconceito; tais objetivos são válidos não somente para as instituições públicas, mas também para as privadas. Neste momento, falamos em uma roda de conversa sobre o racismo, como é

constituída a comunidade da Maré, como os moradores observam a comunidade, suas facilidades e dificuldades ao residirem ali, como é o cotidiano de cada um/uma e quais são as perspectivas de vida como moradores da Maré.

No segundo dia de encontro, foi apresentado o conto “Maria”, de Conceição Evaristo, e alguns temas abordados no conto foram conversados e discutidos no auditório. Tínhamos como meta produzir as escrevivências que seriam reunidas em um livro de contos, o qual pretendíamos lançar no chá literário da escola. A previsão de apresentação das atividades no evento literário estava datada para a primeira quinzena de novembro, porém ocorreu no dia 27 do mesmo mês, e contou com a minha participação nas atividades com os alunos, após a conclusão das nossas oficinas.

Em uma sociedade dividida por endereço e CEP, é fácil constatarmos que as classes mais favorecidas são “detentoras” de uma cultura letrada, composta por uma maioria branca, com alto poder aquisitivo. Entre os temas que discutimos, um deles provocou em mim reflexões que aqui cabe mencionar. Lembro-me que, na minha infância, aprendi muitas coisas na casa dos patrões da minha mãe. Eles ensinavam seus filhos e eu, a filha da empregada, aproveitava para absorver algumas coisas, como, por exemplo, etiqueta e ouvir bossa nova. Esse exemplo serve para considerarmos que a parcela “letrada” da população muitas vezes desconhece ou esquece que a maioria do povo brasileiro que vive em comunidades ou em área de extrema pobreza construiu a nossa cultura através da oralidade, e isto se revelou de fundamental importância para a construção de sociedade, como confere Freire (1987, p. 20):

O Opressor só se solidariza com os oprimidos quando o seu gesto deixa de ser um gesto piegas e sentimental, de caráter individual, e passa a ser um ato de amor àqueles. Quando, para ele, os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser os homens concretos, injustiçados e roubados. Roubados na sua palavra, por isto no seu trabalho comprado, que significa a sua pessoa vendida. Só na plenitude deste ato de amar, sua existência, na práxis, se constitui a solidariedade verdadeira. Dizer que oshomens são pessoas, são livres, e nada concretamente fazer, é uma farsa.

Sendo assim, podemos constatar que a oralidade, leitura e escrita devem ser compreendidas como práticas sociais importantes para a transformação de vidas. No decorrer das oficinas, os alunos entenderam a importância das suas histórias, das suas escrevivências, e perceberam o quão primordial é que as relatemos de forma simples sem nos vitimizarmos, mas que dialoguemos uns com os outros, contando nossas experiências com o intuito de auxiliar os demais.

Nessa atividade, alguns alunos relataram histórias que a própria comunidade escolar desconhecia. Acredito que tal fato se deu quando utilizei da oralidade para lhes contar a minha história de vida: disse-lhes que eu não conhecia a comunidade da Maré (somente através das

mídias) e que eles precisavam me ensinar o que era a Maré e as pessoas que ali viviam. Ao trocar experiências com a professora regente, ela me informou que não tinha conhecimento de muitas histórias ou escrituragens, e ainda pontuou que a forma como me coloquei, “de igual para igual” para com os alunos, fez com que eles se sentissem confiantes e livres para relatar o que desejassem. Freire (1987, p. 34) menciona no livro *Pedagogia do Oprimido* que: “O educador que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processo de busca.”

Desse modo, podemos considerar que, no processo de ensino-aprendizagem, faz-se necessária a busca constante do conhecimento, a troca de experiências, as leituras, os diálogos, as escritas e interpretações para a construção do conhecimento. Em uma sociedade como a nossa, na qual o acesso à cultura letrada é ao mesmo tempo valorizado e tão restrito à grande parte da população, a disseminação e o incentivo à leitura e escrita e ao uso da oralidade tornam-se fundamentais para a busca do exercício da cidadania, considerando-se o direito às diferenças. É importante ressaltar ainda que a leitura deve ser entendida como prática social, ação múltipla realizada com diferentes objetivos, em diversos contextos e por meio de vários recursos que se entrecruzam incessantemente.

Pensar as práticas sociais de leitura como fonte e canal de informação e formação requer considerar a necessidade de articular o uso de diferentes tipos dos textos com temáticas em torno de aspectos comuns à vida dos educandos. Além disso, este conhecimento precisa estabelecer relações entre esse aprendizado na sala de aula e o cotidiano, desafiando a pensá-lo como parte do processo educativo que acontece durante toda a vida do leitor. Leitor é aquele que percebe a leitura, a escrita, a oralidade, a imagem e os gestos para entender o seu tempo, apreendendo, problematizando informações, intenções e propondo atitudes.

Foi desafiador falar sobre a temática antirracista, principalmente dentro da escola, onde, por muitos anos, o ensino seguiu os padrões eurocentrados, atrelado às teorias e práticas de branqueamento. Foi e continua sendo difícil a missão de quebrar os grilhões impostos pela educação colonizadora de outras instituições de ensino das quais grande parte dos alunos vieram e contribuir para a formação e superação de suas histórias de vida, além de motivá-los a prosseguir com os estudos em outras instituições de ensino.

Exemplifico aqui o forte padrão de branqueamento na nossa educação. Isto se fez presente quando questionei os alunos sobre quais autores negros eles conheciam em nossa literatura, enfatizando as mulheres negras: “Lembram de Machado de Assis e Lima Barreto?” Questionei. Todos os alunos ficaram espantados e um silêncio tomou conta da sala. Outra

pergunta foi realizada com relação ao espaço de voz e convívio deles, o refeitório: “Vocês observaram no refeitório da escola dois banners com grandes personalidades da nossa literatura e mulheres negras? Uma delas é a nossa Conceição Evaristo e a outra personalidade, quem é?” A grande maioria dos alunos não soube responder e tomei como ponto de partida e para a reflexão de todos a série que estava passando na TV Globo, o seriado “Segunda Chamada”<sup>1</sup>, que contava as histórias de jovens que, assim como eles, precisaram, por inúmeros motivos da vida, interromper os seus estudos e retornar à sala de aula com a finalidade de concluir a aprendizagem. Após dar pistas sobre a personagem do banner, chegamos ao nome de Carolina Maria de Jesus. Pedi aos estudantes que, a partir daquele momento, observassem mais todas as informações que são espalhadas pelo CEJA Maré.

Debatemos naquela oportunidade sobre como, durante muitos anos, foi construída a imagem distorcida do povo negro e indígena, colocando-os à margem da sociedade, numa condição de inferioridade, desumanidade, miséria física e mental, reduzindo-os em todos os sentidos e fazendo com que muitas pessoas negras e indígenas acreditassem na sua incapacidade e inferioridade. No entanto, em conformidade com os direitos humanos, somos todos iguais. Raça, cultura, ancestralidade, história devem ser respeitadas, somos todos cidadãos e cidadãos brasileiros que desejam exercer a sua cidadania como qualquer indivíduo branco. Assim, devemos sempre nos pautar nas leis às quais nos garantem uma vida mais digna, como o combate ao racismo e ao feminicídio, por exemplo.

Depois de anos vivendo de forma desumana, cruel, violenta e com muitas inquietações, houve a conquista da obrigatoriedade da inclusão do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos da Educação Básica. Esse momento da nossa discussão com os alunos do CEJA serviu para nos certificarmos de que devemos tornar mais visível e necessária a educação das relações raciais nas instituições de ensino e na sociedade para que sejam definitivamente colocadas em prática a historicidade, protagonismo e autonomia dos sujeitos negros, portadores de uma identidade pessoal e coletiva.

Os direitos humanos garantem a todos o fundamental, ou seja, dignidade, direito à vida, à liberdade, à segurança, à igualdade, etc, mas vivemos em uma sociedade em que os direitos garantidos não estão sendo cumpridos e, por esses motivos, as oficinas contribuíram para a reflexão dos alunos com relação aos seus direitos garantidos por lei e desconhecidos por muitos. Muitos ali se mostraram ser pessoas que se sentiam invisíveis à sociedade. Acreditamos que o debate realizado por nós plantou algumas sementes do pensamento crítico para que todos

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://gshow.globo.com/series/segunda-chamada/>

pudessem refletir acerca de suas histórias de vida e construir um futuro com dignidade e igualdade social.

Durante a oficina, tocamos na necessidade de nos “aquilombarmos”, pois entendemos que trocar experiências tem como finalidade garantir espaços de luta por direito, para, assim, nos tornarmos visíveis à sociedade. O termo “aquilombar” me foi apresentado pelo professor Dr. Osmar Soares da S. Filho, em suas aulas. Conceição Evaristo (2019), por sua vez, nos alerta para o fato de estarmos vivendo um momento no qual, mais do que nunca, não se pode soltar de ninguém:

#### **Tempo de nos aquilombar**

É tempo de caminhar em fingido silêncio,  
E buscar o momento certo do grito,  
]aparentar fechar um olho evitando o cisco e abrir  
escancaradamente o outro.

É tempo de fazer os ouvidos moucos  
para os vazios lero-leros,  
e cuidar dos passos assuntando as vias,  
ir se vigiando atento, que o buraco é fundo.

É tempo de ninguém se soltar de ninguém,  
mas olhar fundo na palma aberta  
a alma de quem lhe oferece o gesto.  
O laçar de mãos não pode ser algema  
e sim acertada tática, necessário esquema.

É tempo de formar novos quilombos,  
em qualquer lugar que estejamos,  
e que venham os dias futuros, salve 2020,  
a mística quilombola persiste afirmando:  
a liberdade é uma luta constante. (EVARISTO, 2019, não paginado).

Na proposta de trabalho que realizamos no CEJA, continha a apresentação, aos alunos e professores, da minha vida acadêmica e pessoal. Logo após, os próprios alunos realizaram uma breve apresentação de si mesmos. A sondagem e a aproximação inicial foram inauguradas com perguntas tais como: “Vocês já ouviram falar sobre Direitos Humanos?” “Qual é o seu significado?” “Conhecem mulheres negras na literatura brasileira?” “Já ouviram ou conhecem a Conceição Evaristo?” “Como é a vida das mulheres negras da turma?” “Como vivem as mulheres negras das suas comunidades?” “As mulheres negras possuem os mesmos direitos e privilégios que as mulheres brancas?” “E com relação aos homens brancos e negros?”

Nessa conversa informal, tínhamos como objetivo principal obter informações sobre os alunos com a finalidade de desenvolver, durante as atividades, as competências e habilidades

conforme previstas na LDBN, BNCC, DCN<sup>2</sup>, buscando mapear tanto respostas quanto questionamentos e possíveis soluções a partir da educação com ênfase nas relações étnico-raciais. A importância do desenvolvimento dessas habilidades e competências dos alunos se dá em um contexto no qual competência é a qualidade de quem é capaz de apreciar algo ou resolver determinadas situações. No cotidiano, as competências são cruciais principalmente para o mercado de trabalho, em que o indivíduo deverá ser capaz de tomar decisões, resolver situações adversas, poder de liderança e transmitir todo o conhecimento adquirido ao longo da vida. Preparar os alunos, baseando-se em métodos tradicionais e simplesmente conteudistas, não aguçará seu senso crítico e autônomo para encarar todos os desafios impostos no dia a dia.

As oficinas foram pensadas com base no desenvolvimento das competências dos alunos. No CEJA, os alunos submetem-se a várias formas de avaliação, todas pensadas de maneira a desenvolver os diversos gostos do educando, tentando, assim, reduzir o fracasso escolar. Leva-se, nesse caso, em consideração que o fracasso escolar está atrelado a inúmeros fatores; dentre eles está o cansaço físico e mental: muitos alunos trabalham no horário noturno, outros no horário diurno, e há muitas mulheres que são chefes de família.

Como já mencionamos, definimos também o desenvolvimento das habilidades, as quais nada mais são do que a aplicação prática de uma competência, como, por exemplo, os alunos, após dominarem a escrita e leitura, deverão alcançar os objetivos da compreensão textual. No momento da leitura do conto “Maria”, foram compartilhadas cópias para todos e, logo após, iniciamos os nossos diálogos. Nesse momento, contatamos que todos os alunos haviam atingido a competência da compreensão textual. No decorrer das oficinas, os alunos desenvolveram as seguintes habilidades: compreenderam a complexidade das situações, realizaram comparações do conto com as experiências dos colegas e as próprias; planejaram o seu futuro ao se comprometerem a dar continuidade aos estudos; executaram o plano ao contribuir com a montagem do livro e todo o projeto pedagógico (Chá Literário). Durante o

Chá Literário, foi observado que tudo o que foi planejado, analisado, foi executado, e, segundo relatos pessoais dos próprios alunos, muitas pessoas não eram mais as mesmas após o trabalho na oficina.

Uma situação importante cabe aqui registrar: depois de um dos encontros nos quais

---

<sup>2</sup> BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

DCNS. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 27 jun. 2019.

Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

abordamos assuntos como violência doméstica, medida protetiva e feminicídio, uma aluna que sofria maus tratos de seu companheiro resolveu tomar coragem no mesmo dia, à noite, após sofrer mais um episódio de violência. Ela chamou seus pais para buscá-la e saiu de casa, abandonando o agressor e levando os filhos consigo.

Na oficina de leitura do conto, buscamos, naquele contexto, instrumentalizar os estudantes para melhor combater o racismo, o preconceito, a violência contra a mulher negra. Enfatizamos, naquela situação, a defesa de que, numa nação democrática, todos os indivíduos devem ser tratados de forma igualitária, garantindo que sua vida e identidade racial e social seja preservada.

Apresentei a biografia de Conceição Evaristo a partir do vídeo montado pela professora regente de turma, em que a autora recita trechos do poema “Vozes Mulheres” e, logo após, fala um pouco da sua vida. Nesse poema, observamos que o eu lírico pontua a construção da memória da sua história de vida e a sua ancestralidade, tomando como ponto de partida a sua bisavó. Ao ouvir histórias contadas pelas mulheres da sua família, Conceição também inventou outras, e a ficção era indispensável para a sua sobrevivência e a escrita das suas escrituras.

Logo após a apresentação do vídeo, nos debruçamos sobre a biografia de Conceição Evaristo. Depois, lemos o conto “Maria” do livro *Olhos d'Água* e demos continuidade ao diálogo, iniciando a sondagem. Tomamos como ponto de partida os direitos humanos entre outras leis, tais como o Capítulo II -DOS DIREITOS SOCIAIS, Artigo sexto da Constituição Federal, o qual nos garante os direitos sociais; a Lei número 11.340, de 7/ 8/ 2006 – sobre violência doméstica – que protege as mulheres contra a violência doméstica e familiar, esclarece as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, garante assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, menciona as medidas integradas de prevenção e atendimento pela autoridade policial, e fornece medidas protetivas; e a educação para as relações étnico-raciais, de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, Seção II da Educação, Artigo 11 e a LDBN 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Neste sentido, foi apresentado em sala de aula o *VadeMecum*, para orientar e explicar aos alunos que, em caso de dúvidas, podem recorrer ao mesmo, o qual nos orienta quanto ao que as leis nos garantem e nos respaldam enquanto cidadãos e cidadãs.

No terceiro encontro, retomamos as discussões levantadas na oficina anterior e os incômodos manifestados no grupo foram intensos, a saber: a violência contra as mulheres e, principalmente, negras; a visão distorcida do Complexo da Maré; a falta de oportunidade profissional para os moradores da comunidade; a “cultura” das meninas com a faixa etária de 14 anos que “escolhem” engravidar, não estudar e cuidar da casa e dos filhos; o número de

imigrantes do Nordeste que construíram a comunidade, mas que não possuem as mesmas oportunidades de emprego que têm os nascidos na cidade; as mães que deixam os seus filhos com terceiros para trabalhar como doméstica ou em serviços gerais. Após ouvirem as histórias de vida dos colegas de sala e externalizarem seus incômodos, foi proposto à turma a confecção de um livro de contos, no qual contaríamos suas escrevivências para serem apresentadas no mês de novembro, no Chá Literário do CEJA Maré.

Este trabalho com os relatos/contos foi sugerido por acreditarmos, junto com Freire, que é preciso resgatar a nossa humanidade, a nossa história que nos foi roubada, pois todas as histórias de vida possuem a sua importância para a humanidade e se faz necessário mantê-las vivas através de rodas de conversa e escrita. Chegamos ao consenso de que todas as histórias seriam contadas com o intuito de nos trazer incômodos e reflexões acerca de tudo que estivesse sendo dito, de modo a ocasionar impactos positivos e de resistência de um povo que luta por seus direitos:

A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é a distorção da vocação do ser mais. É distorção possível da história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera um fato concreto na história; não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, a ser menos. (FREIRE, 1987, p.16).

Com relação à elaboração dos contos, propomos ainda que essas escrevivências poderiam misturar-se a fatos reais ou fictícios.

O radical comprometimento com a libertação dos homens, não se deixa prender em ‘círculos de segurança’, nos quais aprisione também a realidade. Tão mais radical quanto mais se inscreve nesta realidade, para, conhecendo-a melhor, melhor poder transformá-la. Não teme enfrentar, não teme ouvir, não teme o desvelamento do mundo. Não teme o encontro com o povo. Não teme o diálogo como ele, de que resulta o crescente saber de ambos. Não se sente dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertador dos oprimidos. Com ele se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar. (FREIRE, 1987, p. 14).

O fragmento acima de Paulo Freire (1987) nos leva a refletir sobre a libertação. Esse trecho nos permite entender que podemos modificar a realidade enfrentando o mundo, não aceitando as suas imposições, grande parte das vezes desiguais, principalmente, no que diz respeito aos pobres, negros(as) e nordestinos(as).

No nosso quarto e último encontro, retomamos todos os assuntos abordados nas oficinas. Como os contos já haviam sido escritos, sugerimos que os alunos ilustrassem cada narrativa. Nesse momento, contextualizamos a sugestão tomando como ponto de partida a reportagem intitulada “Alberto Pereira e Pandro Nobã unem literatura e ancestralidade em mural no Centro”<sup>3</sup>. Concluímos os nossos trabalhos com as ilustrações para o livro de contos e iniciamos, junto ao professor de história do CEJA, a confecção de um mural que foi exposto no Chá Literário.

---

<sup>3</sup><https://noticiapreta.com.br/alberto-pereira-e-pandro-noba-unem-literatura-e-ancestralidade-em-mural-no-centro-do-rio/> Acesso em 25 jun.2019.

#### **4 TROCANDO EXPERIÊNCIAS COM OS MELHORES!**

A elaboração da oficina se deu de maneira muito peculiar. Corríamos contra o tempo. Atravessávamos, cada um, momentos particulares; demandas cotidianas nos eram trazidas pelo acaso: enfim, foi um processo árduo. Um dia, o Professor Doutor Osmar Filho, coordenador do EREREBÁ, recebeu uma mensagem de sua amiga e professora regente do CEJA Maré, Helaine Alves, a qual solicitou ajuda para agregar ideias ao Chá Literário da Instituição. Ela explicou que o evento ocorria anualmente e contava com apresentações de atividades culturais. A autora escolhida para homenagearem em 2019 havia sido, de acordo com ela, Conceição Evaristo, e a programação estava prevista para ocorrer na primeira quinzena do mês de novembro. Foi aí que Osmar me apresentou à professora.

Trocamos contatos e começamos a dialogar por meio de telefonemas e mensagens. O primeiro encontro que havíamos combinado acabou não acontecendo em virtude da violência na região e também porque, naquela ocasião, a professora não se sentia bem. Contudo não deixamos de manter contatos, pois Helaine afirmou, à época, que sentia em mim a mesma motivação que ela tinha em apresentar o trabalho nas turmas do CEJA Maré. Desde o início, o carinho, a afinidade e o respeito foram as bases de nossas conversas e planos.

Após longos telefonemas e trocas de mensagens, marcamos o nosso primeiro encontro no CEJA Maré. O tempo amanheceu chuvoso e tristonho, e, como todos sabem, “cariocas não gostam de dias chuvosos”, com o perdão do trocadilho; por esse motivo, tínhamos a expectativa de um pequeno quórum de alunos em virtude do mau tempo.

O dia começou muito tenso para mim, pois mesmo tendo saído cedo da minha residência, no município de São Gonçalo/RJ, tive alguns problemas de locomoção, relacionados ao transporte público. O engarrafamento intenso foi piorando devido à chuva que também piorava e isso dificultou um pouco a minha chegada ao Complexo da Maré. Durante o trajeto, fui mantendo contato com a professora Helaine. Desci no ponto de ônibus da Cidade Nova e atravessei as pistas com a minha mochila e outra companheira de sempre: minha bolsa vermelha cheia de livros, sonhos e projetos.

Ao embarcar no ônibus 378, fiquei tensa, pois não conhecia muito bem meu lugar de destino: nunca tinha estado na Maré e só a conhecia através dos meios de comunicação tradicionais. Ao saber que a condução na qual eu estava parava em frente à Escola Municipal Bahia, passarela 7 da Avenida Brasil, pedi que um passageiro me avisasse quando ali chegasse. Ao descer, perguntei como eu poderia chegar ao CEJA a um passante. Finalmente, ao chegar na escola, lá estava Helaine a me aguardar.

A minha chegada ao CEJA me deixou bastante emocionada, pois todos estavam me esperando, recebendo-me com muito carinho e atenção. Direcionamo-nos ao auditório. Em virtude do mau tempo, muitos alunos não puderam comparecer. Tivemos, então, a ideia de reunir os que compareceram e dividi-los em dois grupos com a atividade prevista para cerca de 2h30m de apresentação.

A apresentação da oficina contou com as presenças dos seguintes ouvintes: a coordenadora pedagógica, Angélica; o professor de história, Luis Carlos; o professor de biologia, João Paulo; a professora de português, Helaine, e dos alunos do CEJA (6º ao 9º anos do Ensino Fundamental). Optei por essa estrutura de encontro em conformidade com os ensinamentos de Freire (1987), para o qual somente o diálogo nos revela inúmeras reflexões sobre o mundo em que estamos inseridos:

A tendência, então, do educador-educando como dos educandos-educadores é estabelecerem uma forma autêntica de pensar e atuar. Pensar-se a si mesmos e ao mundo, simultaneamente, sem dicotomizar este pensar da ação. A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham. Se, de fato, não é possível atendê-los fora de suas relações dialéticas com o mundo, se estas existem independentemente de se eles as percebem ou não, independentemente de como as percebem, é verdade também que a sua forma de atuar, sendo aquela, é função, em grande parte, de como se percebam no mundo. (FREIRE, 1987 p.41).

A oficina teve início com a apresentação que a professora Helaine fez de mim. Em seguida, apresentei a nossa proposta pedagógica, na qual conheceríamos um pouco mais sobre a escritora negra Conceição Evaristo e uma de suas escrevivências, a saber, o conto “Maria”, presente no livro *Olhos d'Água*, bem como de alguns pontos pertinentes como feminicídio, racismo e questões sociais, discutidos a partir da leitura da obra. Também levantamos a ideia da produção de contos a partir das histórias de vida para a construção do nosso livro e apresentação no Chá Literário.

Apresentei, ainda, os livros de Conceição Evaristo *Ponciá Vicêncio*<sup>4</sup>(2018), *Insubmissas lágrimas de mulheres*<sup>5</sup>(2016), *Olhos d'Água* (2014), *Na minha pele*<sup>6</sup>, de Lázaro Ramos (2017), e o *Vade Mecum*<sup>7</sup>(2019). Os livros passaram pelas mãos dos alunos, alguns tiraram fotos com interesse em futura leitura. Muitos ficaram espantados com o *Vade Mecum*, livro que reúne um compêndio de leis, utilizado por profissionais de diversas áreas. Todos os livros ficaram expostos na mesa posteriormente. Conversamos sobre as histórias que nos são

<sup>4</sup>EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2018.

<sup>5</sup>EVARISTO, Conceição. **Insubmissas Lágrimas de Mulheres**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Male, 2016.

<sup>6</sup>RAMOS, Lázaro. **Na minha pele**. 11. Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2017.

<sup>7</sup>VADE MECUM. 28. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2019.

contadas, através da oralidade, ditados que aprendemos com pessoas à nossa volta, e toda a herança dos nossos ancestrais, que devemos compreender como símbolos de resistência e cultura, já que:

Tendo sido o corpo negro, durante séculos, violado em sua integridade física, interdito em seu espaço individual e coletivo pelo sistema escravocrata do passado e, ainda hoje, pelos modos de relações raciais que vigoram em nossa sociedade, coube aos brasileiros, descendentes de africanos, inventarem formas de resistência que marcaram profundamente a nação brasileira. Produtos culturais como a música, a dança, o jogo de capoeira, a culinária e certos modos de vivência religiosa são apontados como aspectos peculiares da nação brasileira, distinguindo certa africanidade reinventada no Brasil. Cabe ainda observar que, no campo religioso, as heranças africanas se acham presentes, tanto na fé celebrativa de uma teogonia e de uma cosmogonia negro-africanas, quanto no Candomblé e também nas formas religiosas. (EVARISTO, 2009, p. 18).

Conceição Evaristo (2009) nos fala sobre a importância da literatura afro-brasileira e de quebrarmos os grilhões que nos prendem à literatura canônica e evidenciarmos a literatura afro-brasileira, principalmente das mulheres negras, que nos revelam em suas produções toda a nossa herança cultural e resistência:

Sem pretensão de esgotar a temática sobre o que seria a literatura afro-brasileira, as considerações aqui levantadas apenas buscam situar a existência de um discurso literário que, ao erigir as suas personagens e histórias, o faz diferentemente do previsível pela literatura canônica, veiculada pelas classes detentoras do poder político-econômico. Pode-se dizer que um sentimento positivo de etnicidade atravessa a textualidade afro-brasileira. Personagens são descritos sem a intenção de esconder uma identidade negra e, muitas vezes, são apresentados a partir de uma valorização da pele, dos traços físicos, das heranças culturais oriundas de povos africanos e da inserção/exclusão que os afrodescendentes sofrem na sociedade brasileira. Esses processos de construção de personagens e enredos destoam dos modos estereotipados ou da invisibilidade com que negros e mestiços são tratados pela literatura brasileira, em geral. (EVARISTO, 2009, p.20).

Durante a oficina, reservei um momento para falar sobre mim. Foi algo desafiador, pois sou muito reservada. Meu receio deve-se em certa medida ao fato de que, em muitos momentos, algumas pessoas acabam nos criticando e entendendo que esses relatos são lamentações quando, na verdade, são apenas alguns testemunhos de superação, pois todos nós temos uma história de vida para contar e com o diálogo conseguimos trocar experiências e nos fortalecer muitas vezes com a história outras.

#### **4.1. Experiências e escrituras**

Conceição Evaristo (2009) em nota de rodapé de seu artigo “Literatura Negra: uma

poética de nossa afro-brasilidade” nos leva a refletir sobre as escrevivências e, principalmente, sobre a autoria de mulheres negras, sobre racismo e privilégios ao povo branco:

Tenho concordado com os pesquisadores que afirmam que o “ponto de vista” do texto é o aspecto preponderante na conformação da escrita afro-brasileira. Estou de pleno acordo, mas insisto na constatação óbvia de que o texto, com o seu ponto de vista, não é fruto de uma geração espontânea. Ele tem uma autoria, um sujeito, homem ou mulher, que com uma “subjetividade” própria vai construindo a sua escrita, vai “inventando, criando” o ponto de vista do texto. Em síntese, quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvinculo de um “corpo-mulher-negra em vivência” e que por ser esse “o meu corpo, e não outro”, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta. As experiências dos homens negros se assemelham muitíssimo às minhas, em muitas situações estão par a par, porém há um instante profundo, perceptível só para nós, negras e mulheres, para o qual nossos companheiros não atinam. Do mesmo modo, penso a nossa condição de mulheres negras em relação às mulheres brancas. Sim, há uma condição que nos une, a de gênero. Há, entretanto, uma outra condição para ambas, o pertencimento racial, que coloca as mulheres brancas em um lugar de superioridade – às vezes, só simbolicamente, reconheço – frente às outras mulheres, não brancas. E desse lugar, muitas vezes, a mulher branca pode e pode se transformar em opressora, tanto quanto o homem branco. Historicamente, no Brasil, as experiências das mulheres negras se assemelham muito mais às experiências de mulheres indígenas. E então, volto a insistir: a sociedade que me cerca, com as perversidades do racismo e do sexismo que enfrento desde criança, somada ao pertencimento a uma determinada classe social, na qual nasci e cresci, e na qual ainda hoje vivem os meus familiares e a grande maioria negra, certamente influenciou e influenciou em minha subjetividade. E pergunto: será que o ponto de vista veiculado pelo texto se desvincula totalmente da subjetividade de seu criador ou criadora? (EVARISTO, 2009, p.18).

Seguindo as apresentações pessoais, a primeira aluna que se manifestou foi M. 33 anos de idade. De origem nordestina, dois filhos. Gosta muito de ler e é autora de contos e poemas. Durante sua apresentação, foi muito sucinta ao falar sobre si e quando nos encontramos no refeitório para lanchar sentiu-se mais à vontade para dialogarmos; me contou sobre seu amor pela leitura e as suas produções textuais. Com o olhar tímido, M.S. é também nordestina, 45 anos, três filhos. Trabalhou como doméstica e, com os olhos marejados, nos contou que em uma das casas em que trabalhou foi abusada pelo seu ex-patrão, após a esposa dele ter acabado de dar à luz. Ele abusou dela, que se calou em meio à violência, pois precisava muito do seu trabalho para sustentar os seus filhos. Hoje, mesmo com essa cicatriz na alma, não desistiu da vida, se tornou doceira, trabalha à noite em um hospital como auxiliar de serviços gerais e, com muita garra e determinação, vai estudar no CEJA Maré todos os dias pela manhã. Mesmo envergonhada, pediu desculpas pelas lágrimas que não conseguiu conter. De forma singela, nos contou sua escrevivência e eu tão logo lhe disse que também tenho as minhas cicatrizes e que também em muitos momentos da minha vida as lágrimas rolaram da minha face.

C. pode ser considerada uma vitoriosa. Com 44 anos de idade, nordestina, branca, ela nos contou sua história de vida de forma natural. Falou sobre seu relacionamento com seu pai, que

era “mulherengo”, e que no fim da vida sofreu um AVC, mas foi curado pelo Pai de santo Bento com muita hortelã e mel e com o amor que a sua mãe sentia por ele. C. nos relatou que quando veio morar no Rio de Janeiro, logo que deu à luz ao seu filho primogênito, seu companheiro recusou a criança. Um dia, seu bebê adoeceu, e quase morreu no hospital devido a um medicamento trocado pela enfermeira; após três meses internado, chegou o momento de voltar para casa, mas infelizmente C., com o seu filho nos braços, não tinha mais casa e teve que morar na rua. Após cinco dias sem comer e três dias sem tomar banho, ela resolve ir à igreja católica e pedir ajuda ao padre, o qual lhe deu abrigo. Com o decorrer do tempo, começa a trabalhar em serviços gerais em um hospital. Se tornou costureira, ama escrever e conseguiu retomar os estudos.

J. tem 48 anos, nordestina. É a última a falar e trouxe a sua história de vida. Falou da perda dos filhos, do trabalho no banco como ajudante de serviços gerais, que foi ajudada pelos funcionários do banco. Mais para frente, fez o curso de cabeleireira no SENAC, abriu o seu próprio negócio e, após o “não” de uma irmã que se negou a construir para ela um puxadinho/casa, tomou mais coragem para enfrentar a vida, possuindo atualmente três imóveis. Voltou também a estudar.

Ao final das apresentações desse primeiro encontro, introduzimos a biografia da escritora Conceição Evaristo. Enfatizamos seu acervo de histórias que misturam o real e a ficção, histórias que nos levam a refletir sobre inúmeros aspectos de superação, a importância do diálogo coletivo, bem como a troca de experiências e o resgate identitário.

Após a pausa do lanche, a professora regente Helaine convidou todos os alunos presentes do CEJA (6º ao 9ºanos do Ensino Fundamental) do segundo horário da manhã para participar das oficinas. O segundo grupo de alunos nos trouxe novas histórias e expectativas, contudo, o início foi similar ao anterior: falei sobre o motivo das oficinas e sobre o meu grande orgulho em ser fruto de instituições públicas e não ter desistido de alcançar os meus objetivos, após tantas adversidades da vida e principalmente de saúde.

O primeiro aluno a ser apresentar foi o jovem J. V., morador da Maré. Ele tem 18 anos de idade, oito irmãos, sonha em ser militar e traz as marcas psicológicas causadas pelos confrontos, tiroteios e morte de familiares na comunidade. A jovem I., 23 anos, mãe de duas meninas, nos contou que seu esposo a incentivou muito a voltar aos estudos, enquanto que os demais membros de sua família se opunham, pois acreditavam que as histórias das mulheres da família deveriam se repetir (principalmente engravidar muito cedo em torno dos 14 anos de idade). Ela menciona o sonho de se tornar psicopedagoga. A jovem traz consigo as marcas difíceis da comunidade, como a presença do tráfico, viciados em drogas e se sente muito

preocupada com os empregos de membros de sua família, todos faxineiros. Deseja continuar a estudar, mudar a história familiar para dar as suas filhas oportunidade de dias melhores.

A. C., 25 anos, é mãe de duas meninas. Criada pela sua avó materna, que lhe proporcionou uma infância segura. Sua mãe foi ausente, entregou-a para a sua avó com apenas quinze dias de vida. A. teve oportunidade de estudar, mas preferiu levar outra vida. Atualmente, retornou aos estudos sonhando em se tornar médica. D., muito tímida, com os seus 27, sempre foi moradora da comunidade. Teve suas dificuldades para estudar e agora retomou os estudos. Dona I. com os seus sessenta anos, veio aos nove meses de idade morar na comunidade; aos treze anos de idade, por acasos da vida, precisou interromper os estudos. Tem quatro filhos, é viúva, e após assistir a uma reportagem de um senhor que conseguiu se formar em juiz, teve o desejo de voltar a estudar. A última a falar foi B., jovem de dezoito anos de idade. Tem um filho, trabalha como doméstica e retomou os estudos com a finalidade de fazer faculdade (ainda não decidiu o curso).

Ao término destes encontros, debatemos sobre quais lições que ficam para cada um que compartilhou suas experiências. Frisamos a importância da reflexão sobre nossas histórias de vida com vistas a observar quão nocivo para elas é o discurso eurocentrado imposto pela sociedade. Apontamos, nesse diálogo, a necessidade de resgatarmos a nossa ancestralidade através da história e cultura da África e afrodescendentes, cultura do nosso povo que foi desvalorizada em detrimento do discurso colonial e eurocentrado.

O discurso eurocêntrico da modernidade fez com que a diferença específica da América, sua colonialidade, se diluísse tal como formulada pelo discurso eurocêntrico. Esse discurso não consegue ver a colonialidade que lhe é constitutiva e, assim, não vê as clivagens, a opressão e a tragédia que lhe são coetâneas. Deste modo, a modernização num ciclo vicioso que, mais do que como farsa, se reproduz ampliadamente como capital por meio de injustiças, destruições e tragédias nesse sistema-mundo moderno-colonial que nos governa. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.153-154).

Segundo Porto-Gonçalves (2012), a liberdade dos marcos eurocêntricos foi experimentada de maneira cruel pelos negros. Freire (1987), ainda em *Pedagogia do Oprimido*, nos leva a refletir sobre a opressão a que somos submetidos e a necessidade de conquistarmos o nosso lugar de fala que nos é garantido por direito e que começa na escola. O espaço escolar pode se tornar um espaço das constantes trocas de experiências para o fortalecimento do coletivo e a construção das suas identidades, as quais não podem cair no esquecimento: todos temos histórias de vida e precisamos ter o olhar sensível para com o outro:

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr

o risco de assumi-la. E a temem, também, na medida em que, lutar por ela, significa uma ameaça, não só aos que usam para oprimir, como os “proprietários” exclusivos, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com as maiores repressões. (FREIRE, 1987, p. 19).

Através das narrativas das escrituras dos estudantes, os quais inicialmente contaram um pouco de suas histórias nos encontros descritos acima, desconstruímos, junto a elas e eles, alguns discursos que nos ensinaram durante anos nas escolas e na sociedade. Discursos estes que exaltam e valorizam somente a história dos brancos colonizadores e seus heróis e nunca enaltecem os reis, rainhas, príncipes e princesas trazidos de África, nem as grandes personalidades e lideranças indígenas que aqui já estavam quando os portugueses chegaram a estas terras. Segundo Hegel (1995, p. 15-17 *apud* PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 156-157):

A África é, em geral uma terra fechada e mantém este seu caráter fundamental [...] Entre os negros é, com efeito, característico o fato de que sua consciência não tenha chegado ainda à intuição de nenhuma objetividade, como por exemplo, Deus, a lei, na qual o homem está em relação com sua vontade e tem a intuição de sua essência [...] é um homem bruto'. [...] Este modo de ser dos africanos explica por que que seja tão extraordinariamente fácil fanatizá-los. O reino do Espírito é entre eles tão pobre e o Espírito tão intenso ... que uma representação que se lhes inculque basta para impulsioná-los a não respeitar nada, a destruir tudo ... África ... não tem propriamente história. Por isso abandonamos a África para não mencioná-la jamais. Não é parte do mundo histórico; não apresenta um movimento nem um desenvolvimento histórico ... O que entendemos propriamente por África é algo isolado e sem história, sumida por completo no espírito natural, e que só pode mencionar-se aqui no umbral da história universal.

A citação do filósofo alemão, o qual é cercado de prestígio e figura entre os maiores da tradição ocidental apontam para os alicerces que fundamentam o racismo epistêmico que retroalimenta a tradição educacional que apagou a África dos compêndios escolares.

Durante esse debate, perguntamos aos alunos sobre a quantidade de mulheres negras e escritora de literatura brasileira que eles conheciam e com isso iniciamos a fala sobre Conceição Evaristo. Lembramos, naquele momento, que no refeitório da escola havia dois grandes murais que apresentavam grandiosas mulheres negras em nossa literatura: Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, duas mineiras que, por meio de sua força e coragem, trouxeram em suas poéticas um grito de liberdade entalado na garganta. Muitos se surpreenderam com a referência ao mural da escola, o que demonstrou que parte deles somente utilizavam o refeitório com a finalidade de lanchar, mas sem se dar conta das informações espalhadas nas paredes. No decorrer da oficina, constatamos a necessidade de prosseguir com as reflexões em andamento. Percebemos a urgência, independente das condições em que vivemos de tomarmos ciência dos nossos direitos, a fim de erradicar o racismo, a desigualdade social e tudo que possa nos impedir de conquistar dias melhores.

## 5 NOSSAS ESCRIVIVÊNCIAS

Nosso segundo encontro teve como intuito aprofundarmos a leitura do conto “Maria”, de Conceição Evaristo. Nele, discutimos temas como o racismo, pautando-nos na Lei seguinte transcrita “Art. 1 – Serão punidos, na forma da Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.” (BRASIL, 1989, não paginado).

Como podemos perceber, a Lei é explícita com relação ao crime de racismo e preconceito. Com relação ao conto, provocamos uma discussão com a turma sobre o assunto com a finalidade de observarmos a quantidade de homens e mulheres negros que já passaram por essas situações e que, muitas vezes, por ignorarem seus direitos, permitem que estas passem de forma despercebida. No livro *Tornar-se negro*, Souza (1983, p. 4) nos aponta as atrocidades cometidas pela sociedade cujo pensamento colonial e branco é o opressor do povo negro:

Para o sujeito negro oprimido, os indivíduos brancos, diversos em suas efetivas realidades psíquicas, econômicas, sociais e culturais, ganham uma feição ímpar, uniforme e universal: a brancura. A brancura detém o olhar do negro antes que ele penetre a falha do branco. A brancura é abstraída, retificada, alçada à condição de realidade autônoma, independente de quem a porta enquanto atributo étnico ou, mais precisamente, racial.

Outro aspecto muito importante que destacamos no conto “Maria” foi o feminicídio, que de acordo com o Código penal Art.121, inciso VI do parágrafo 2 do Decreto Lei n 2.848 de 07 de dezembro de 1940 acrescido pela Lei n. 13.104, o crime de homicídio contra a mulher por razões de condição de sexo feminino. (BRASIL, 2015). A Lei n. 11.340, Art.5. considera que: “Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe causa a morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.”(BRASIL, 2006, não paginado).

Em virtude da apresentação do compêndio de Leis *Vade Mecum* e dos comentários tecidos com base no conto, as mulheres presentes na oficina começaram a relatar os fatos ocorridos com elas ou com mulheres que conheciam. Algumas expuseram seus medos caso denunciassem e outras relataram que conseguiram denunciar os agressores e obtiveram sucesso, após as denúncias feitas. Fizemos um amplo debate sobre o quantitativo de mulheres negras que ainda perdem a sua vida versus o número de mulheres brancas, e o motivo pelo qual todos devemos buscar o conhecimento conforme a Lei nos garante e denunciar com a finalidade de diminuir drasticamente o número de feminicídio e violência contra a mulher. A nossa roda de conversa foi muito produtiva. Falamos sobre Direitos Humanos, sua universalidade, e

enfaticamente o direito à vida, ainda bastante negligenciado no país. O número de pessoas negras que continuam perdendo suas vidas é ainda muito elevado.

De acordo com Souza (1983, p. 10), constatamos que:

[...] pensar sobre a identidade negra redonda sempre em sofrimento para o sujeito. Em função disto, o pensamento cria espaços contra sua liberdade de expressão e, simultaneamente, suprime retalhos de sua própria matéria. A “ferida” do corpo transforma-se em “ferida” do pensamento. Um pensamento forçado, que não pode representar a identidade real do sujeito é um pensamento mutilado em sua essência. Os enunciados do pensamento sobre identidade do EU são enunciados constitutivos do pensamento ele mesmo.

Discutimos, ainda, sobre quais mulheres negras da literatura os estudantes conheciam. Observei que, após o diálogo, os alunos ainda não haviam se dado conta dos murais das escritoras Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus que estavam afixados no refeitório do CEJA Maré, e, com essa indagação, refletimos juntos sobre a necessidade de contar as nossas experiências e destacar, na literatura, as mulheres negras brasileiras. Lemos o conto “Maria”. Refletimos e, juntos, tecemos considerações sobre as experiências de cada uma de nós; como, de alguma forma, essas experiências se encontravam, que todas eram importantes e que precisávamos registrar e contar nossas histórias de vida e superação.

A oficina foi muito proveitosa. Tudo o que havíamos conversado, conseguimos colocar em prática. Observei, no entanto, que alguns alunos demonstraram uma certa resistência ao relatar a própria experiência, mas deixamos em aberto a opção de utilizarem nomes fictícios, assim como as histórias contadas por eles. Foi surpreendente o número de alunos presentes em ambos os horários e a forma com que todos compraram a ideia da confecção do livro de contos, que foi apresentado no dia cinco de novembro desse mesmo ano.

No primeiro horário, tivemos ao todo seis alunos que se reconheceram como negros e nordestinos. Nesse grupo, uma jovem senhora relatou ser neta de “negro fujão” do Nordeste brasileiro; já a segunda jovem se reconhecia como neta de índio. Os dois rapazes se reconheciam como nordestinos, com todas as suas experiências e culturas.

Na segunda turma, tivemos ao todo sete alunos também: se reconheceram como nordestinos e os demais como jovens negros e que residem na Comunidade da Maré. A jovem B. relatou ter sofrido muito em sua infância devido ao fato de sua mãe não ter feito o pré-natal devidamente e nem ter se preparado para a sua chegada. Segundo B., a mãe dela não tinha interesse em saber o sexo do bebê e fazia uso excessivo de bebida alcoólica. A jovem se reconhece como negra em seu relato em sala de aula e também em texto escrito. Após ter passado por tais dificuldades, as superou, retornando ao estudo no CEJA Maré, visando a um futuro promissor.

M. é um jovem negro que foi criado no Complexo da Maré. Passou por vários momentos de preconceito e racismo, principalmente fora da favela. O jovem nos conta em seu texto sobre a infância e as dificuldades que seu pai e tios passaram, como, por exemplo, não possuir uma TV em sua residência e precisar assisti-la na casa de vizinhos. Outras vezes, para chegar ao destino do seu trabalho, precisavam pedir caronas. O tempo passou e seu pai conseguiu proporcionar uma vida diferente para ele e seus irmãos. Inclusive um de seus irmãos, M., hoje é um “microempreendedor”; seu pai montou um lava-jato para ele trabalhar.

A jovem senhora C. é uma mulher nordestina. Em nosso encontro, verbalizou e redigiu um pouco da sua escrivência, em que fala sobre a sua infância, dizendo-se neta de “negro fujão”. Mudou-se para o Rio de Janeiro ainda muito nova e trabalhou em casa de família e em uma empresa de serviços de limpeza, assim como muitos outros nordestinos das classes populares. Sua vida não foi fácil no Rio de Janeiro. Passou por muitas dificuldades, a ponto de se tornar moradora de rua, porém superou todos os obstáculos impostos pela vida. Hoje, C. é moradora da Maré, mora com os seus filhos, é estudante do CEJA, trabalha como costureira e sonha em ser psicóloga e escritora.

S., jovem senhora também nordestina, é filha de uma família de descendentes indígenas. Muito cedo, precisou trabalhar para ajudar em casa e, aos doze anos de idade, foi trabalhar como doméstica. Nesse trabalho, sofreu muito com o assédio sexual praticado por seu patrão. Como fuga, resolveu se casar, mas os seus problemas não foram resolvidos. Seu ex-esposo era muito violento e sempre encontrava uma maneira de a violentar verbal e fisicamente. Após sofrer muito com o seu casamento abusivo, resolveu denunciar na justiça as agressões cometidas pelo seu ex-marido. Em seguida, veio para o Rio de Janeiro. Na nova cidade, a qual escolheu para recomençar a sua vida, construiu outra vida com seus filhos. Atualmente, estuda no CEJA, trabalha à noite e é doceira.

J., uma nordestina que nasceu em uma humilde família, morou, quando pequena em casa de palafitas na Maré e foi marcada pela violência cometida por seu pai, alcoólatra, contra a sua mãe. Em meio à miséria e ao sofrimento em que viviam, aprendeu que, para superar as dificuldades, deveria trabalhar de forma árdua, até mesmo porque assumiu a responsabilidade de ajudar a sua família, após o abandono de seu pai. J. nos relata em seu conto que, quando adolescente, foi muito rebelde, engravidou de um homem casado, abandonou os estudos e, no seu segundo relacionamento, foi expulsa de casa pelo seu pai. Sua vida não foi fácil. Ao morar com uma amiga, encontrou um novo amor, com o qual teve três filhos. Porém seu amor acabou virando sofrimento, pois o seu novo companheiro se tornou usuário de drogas e, após tantos

desgastes, veio a óbito. Superou os desafios impostos pela vida. Segue com as suas lutas diárias, estuda no CEJA, mora com dois filhos. Teve outros dois, que faleceram vítimas de acidentes.

A jovem senhora V., também nordestina, nos relata, em seu conto, sobre a sua grande família que, por possuir muitas dificuldades, precisou sair da sua cidade natal e vir morar no Rio de Janeiro. Na atualidade, vive no Complexo da Maré, com a família e o seu lindo neto, que é negro. No decorrer da oficina, ela nos relatou sobre um episódio ocorrido com a pequena criança negra, a qual, em certo momento, questionou a ela sobre o motivo dele ser tão diferente dos demais da família. Sua avó, com muita sabedoria, e de forma amorosa, ensinou ao seu neto que a sua cor era linda e ele era igual a todos.

No segundo horário, como já dissemos, tivemos ao todo sete alunos, um aluno negro, quatro jovens negras. Todos se reconheciam como negros. Os dois nordestinos brancos se reconheciam como nordestinos, com todas as suas experiências e cultura. O jovem J., pelo fato de ser negro e possuir uma das suas orelhas diferente da outra (uma menor que a outra), sofreu muito racismo e bullying. Com a vida, aprendeu a superar os obstáculos, retomou os estudos e traçou objetivos a serem cumpridos. Uma estudante, que não quis se identificar no conto produzido, narrou a história de uma jovem que possuía tudo o que queria. Criada com muito mimo pelos avós, na Comunidade da Vila do João, ela abandonou tudo o que tinha para viver uma aventura perigosa. Atraída pelo baile funk e uma vida cheia de ilusões, sofreu muito com um relacionamento abusivo durante quatro anos, desde agressões verbais a físicas. Após ter levado inúmeras pancadas na cabeça, percebeu que era preciso mudar de vida. Retornou para a casa dos seus avós e recomeçou a sua vida através dos estudos.

Outra aluna, negra, chamada A. relatou ser mãe de duas meninas. Foi criada pela avó, mas na sua adolescência fugiu de casa para morar com a sua mãe. O tempo passou e a menina não tinha a mesma relação de amor que tinha com a sua avó. Abandonou o estudo e viu a sua vida sem rumo. Segundo a estudante, suas filhas são a razão da sua vida e a mesma diz que, apesar de ser muito impulsiva, em muitos momentos se cala por causa das meninas. A. retomou os estudos e sonha com dias melhores. A jovem mãe, durante os nossos encontros, contribuiu de maneira imprescindível para com o debate sobre seu reconhecimento como mulher negra na sociedade e sobre questões que envolvem a negritude, porém preferiu não as redigir em seu conto.

Cabe registrar aqui a finalização do conto redigido por A.: “Adoro todos os dias vir para a escola, encontro sempre os professores maravilhosos, coisa que antes eu não associava, não gostava de jeito maneira. O CEJA Maré mudou a minha forma de pensar, espero sair formada

e voltar para contar como foi depois. Esse é o CEJA Maré, transformando vidas, ultrapassando da ideia de uma simples escola, sendo acolhedora e transformadora.”

B. é uma jovem negra, mãe e moradora do Complexo da Maré. Mora com o pai do seu filho e a sua avó. Vem de uma família tradicional. Teve uma grande perda que foi a de seu irmão, que veio a óbito com apenas dois anos de idade. Aos catorze anos, perdeu o seu pai, mas, conforme a aluna, a família superou a perda juntos. Em seu conto, não nos relata negritude, porém, em sala de aula, dialogamos muito sobre o assunto. M. é uma jovem que manifestou orgulho em ser negra, declarando-se em sala de aula, durante nossos diálogos. No seu conto, ela relata sobre o passeio no shopping com a sua filha, que tem um tom de pele mais claro. Lá, ao ser confundida com uma “babá”, M. é tomada de uma tristeza e raiva e nos faz refletir sobre o preconceito e racismo da nossa sociedade embranquecida, cujo pensamento colonizador naturaliza o fato de mulheres negras da favela deixarem seus filhos em casa ou em creches para trabalhar em casa de família.

Evidenciamos, com esse relato da aluna, a necessidade de lutarmos contra o fim do racismo estrutural. É preciso quebrar essa lógica perversa que persiste na sociedade brasileira de que as melhores oportunidades de trabalho deverão ser para mulheres brancas e, para as mulheres negras, assim como no conto “Maria”, sobram os trabalhos de domésticas, babás ou serviços gerais. O conto de M. demonstra o racismo vivido por muitas mulheres nesse país. É gritante a humilhação sofrida pela aluna quando esta relata os comentários das mulheres no shopping: “por isso que não deixo o meu filho com essa babá”, “Viu como essa babá está tratando essa menininha?” M. retruca dizendo que a “menininha” era sua filha. E a moça responde: “mas não parece, ela é tão branquinha.” Enfim, a jovem M. retomou os estudos, visando um futuro melhor para ela e a sua família.

O jovem R. é nordestino e criado no Complexo da Maré. Ele é muito tímido e nos relatou em seu conto como foi a sua infância na Maré, o seu retorno aos estudos com a finalidade de concluir e fazer novas amizades na escola. Por último, o jovem F., nordestino e branco, que relata como era racista na infância, tendo aprendido com seu pai, que não gostava de pessoas negras. Ele menciona que, por ser muito racista, sua mãe dizia que ele acabaria casando com uma mulher negra. A vida deu voltas e ele conta que conheceu a sua atual esposa, negra e universitária da UERJ, e juntos construíram a sua família. F., trabalha em dois lugares e ainda se dedica aos estudos.

Quase todos os alunos assistiram às três oficinas. Observei nesses encontros que manter a frequência dos alunos do CEJA Maré na escola é algo muito complexo, pois mesmo que o ensino oferecido seja na forma semipresencial, muitos ultrapassam barreiras imensuráveis para

estudar. Em conversa com a coordenadora pedagógica Angélica Getirana, ela me explicou que o CEJA Maré é o único das onze CREs do município do Rio de Janeiro; além disso, me contou sobre o motivo pelo qual o portão fica aberto durante o horário escolar. Comentei com ela que isso é extraordinário, pois os alunos não se sentem aprisionados e sim acolhidos pela instituição e possuem ciência das suas obrigações. As faltas são consideravelmente baixa e sempre comunicam as suas ausências à coordenação pedagógica e aos professores.

## 6 FALANDO SOBRE O CEJA MARÉ (CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS)

O Centro de Educação de Jovens e Adultos da Maré (CEJA Maré) localiza-se na Rua Praia de Inhaúma, n. 200, no Bairro Maré. A escola faz parte da 4ª Coordenadoria de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Educação (4ª CRE/SME) e oferece a modalidade específica de educação para jovens e adultos, em horário semipresencial. O Complexo da Maré é composto por dezesseis comunidades bem plurais e agrega pessoas de diversas partes do país, principalmente do Nordeste. A região abrange as seguintes comunidades: Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Conjunto Marcílio Dias, Parque Maré, Parque Roquete Pinto, Parque Rubens Vaz, Parque União, Nova Holanda, Praia de Ramos, Conjunto Esperança, Vila do João, Vila do Pinheiro, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Salsa e Merengue.

O CEJA Maré é a instituição de ensino da prefeitura do Rio que atende exclusivamente jovens e adultos que têm por objetivo concluir o ensino fundamental, o qual, por inúmeros motivos, foi interrompido. Durante todo o ano letivo, qualquer jovem ou adulto pode procurar a instituição para se matricular. A sua estrutura física compõe-se de instalação em uma área de 800m<sup>2</sup>(sendo apenas 370m<sup>2</sup> de área construída), tendo sido inaugurado em 14 de agosto de 2012. O CEJA Maré funciona no horário de 7h às 22h. Os horários estão organizados e distribuídos em 6 turnos, conforme tabela abaixo:

**Quadro 1 – Quadro de horários das aulas**

	TURNOS	HORÁRIO DAS AULAS		TURNOS	HORÁRIO DAS AULAS		TURNOS	HORÁRIO DAS AULAS
M A N H Ã	1º TURNO	7h20min às 9h20min	T A R D E	3º TURNO	13h às 15h	N O I T E	5º TURNO	17h30min às 19h30min
	2º TURNO	9h20min às 11h20min		4º TURNO	15h às 17h		6º TURNO	19h30min às 21h30min

Fonte: Plano de Ação CEJA Maré.

## 6.1 O PPP

O Projeto Político Pedagógico do CEJA tomou como base fundamental a Declaração dos Direitos Humanos, acreditando-se que “A Educação em Direitos Humanos vai além de uma aprendizagem cognitiva, incluindo o desenvolvimento social e emocional de quem se desenvolve no processo de ensino-aprendizagem” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006, não paginado). O trabalho desenvolve ações vinculadas às questões sociais como preconceito, violência, racismo e outras atrocidades cometidas em nossa sociedade. Tem como objetivo construir uma sociedade melhor para todos, formando indivíduos com o pensamento crítico.

O CEJA Maré visa à construção de uma escola democrática objetivando desenvolver metodologias de ensino que assegurem a complementariedade de três aspectos fundamentais: aquisição dos saberes escolares de forma ativa por parte do grupo; articulação entre os saberes sistematizados e a experiência social dos estudantes; e a compreensão de que o conhecimento deve ser utilizado como instrumento de análise da realidade concreta, visando uma compreensão das relações objetivas entre os homens entre si e estes com o mundo. (CEJA MARÉ, 2015, não paginado).

## 6.2 Breve descrição do corpo docente: experiência no PEJA ou na EJA, características do quadro de professores

Trabalham no CEJA Maré vinte e cinco profissionais da educação, sendo um agente educador, uma merendeira, uma secretária e 22 professores. Na EJA II, o quadro de professores está completo, mas na EJA I há carência de um professor para o turno da tarde. Todos os professores possuem nível superior e especialização, três concluíram o mestrado e um está concluindo este curso. Um dos professores está cursando o doutorado. A maioria do grupo (65%) entrou em contato com a EJA no CEJA Maré, assim têm menos de 5 anos de experiência nesta modalidade de ensino. Os 35% restantes já trabalhavam na EJA antes de fazer parte da equipe do CEJA Maré.

O CEJA é composto por um excelente grupo de profissionais que buscam, em meio a todas as dificuldades impostas, realizar um trabalho de qualidade e excelência. Ao ministrar a oficina, foi perceptível a forma com que todos os profissionais da escola trabalham, desde a equipe da limpeza à direção. A apresentação da minha proposta de trabalho contou com a presença da coordenadora pedagógica e alguns professores da escola, o que evidenciou, a meu ver, o interesse destes em participar e contribuir com a oficina e o futuro Chá Literário.

Meu contato com a realidade dessa modalidade de ensino, em uma grande comunidade do Rio de Janeiro, me fez refletir sobre a importância da formação dos profissionais dessa área. Os professores deveriam ter uma formação específica voltada para a educação de jovens e adultos nas universidades, porém são poucas as instituições de ensino que preparam seus educadores. O direito de todos à Educação é fundamental e pude perceber que ainda faltam muitos cidadãos brasileiros a serem contemplados.

## 7. AUTOAVALIAÇÃO

Todo o percurso da construção e elaboração do trabalho foi muito árduo, pois cheguei ao EREREBÁ como uma folha em branco, que, dia após dia, construía, junto com todos, novos conhecimentos, críticas, formas de enxergar o mundo à nossa volta, buscar conhecimento e propagá-lo para mais pessoas da sociedade que ainda seguem a educação e pensamento colonizador. Um grande impacto foi o fato de não estar mais familiarizada com o ambiente acadêmico nem escolar, como estavam outros colegas de classe, os quais já traziam consigo outros saberes, que representaram uma novidade para mim.

Na oportunidade que tive de ministrar a oficina no CEJA Maré, escutei algumas críticas de pessoas que não conhecem a comunidade. Mesmo assim, não tive medo. Eu estava tendo uma oportunidade de conhecer um mundo o qual só conhecia através da TV ou mídias sociais. Quando me coloquei de igual para igual com todos que ali estavam, de forma amorosa, consegui conquistar a todos e trocamos experiências diferentes e que se completavam. A mensagem central que precisava transmitir era a de que, em um país racista, estamos sempre recebendo não a todo momento, mas que precisamos perseverar em busca do sim. Firmamos um pacto de que nenhum aluno presente naquelas oficinas poderia quebrar o elo da corrente que foi feita durante nossos encontros, sendo o CEJA a corrente e os estudantes ligados a ela, como uma segunda família de todos. Encorajei-os a aceitar os novos desafios e oportunidades que poderão surgir, após a conquista de seus diplomas.

Concluí a quarta oficina com o sentimento de missão dada, cumprida e já com o sentimento de saudade. O CEJA Maré é uma instituição de ensino que, apesar de pouco tempo de atividade, nos mostra a sua seriedade e excelência no trabalho executado.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como proposta inicial a prática pedagógica com os alunos do PROEJA, criado inicialmente pelo Decreto nº. 5.478 (BRASIL, 2005), e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Sua criação foi uma decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio.

O programa teve inicialmente como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Por meio do Decreto nº. 5.840 (BRASIL, 2006), é ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Após convite da professora Helaine (Docente de Língua Portuguesa no CEJA Maré) – cujo trabalho pedagógico do segundo semestre de 2019 consistia na abordagem da vida e obra de Conceição Evaristo para posterior culminância no Chá Literário – resolvi ministrar oficinas no CEJA Maré, pois a proposta a mim apresentada relacionava-se diretamente com meu projeto de conclusão de curso, a saber, as relações étnico-raciais a partir do conto “Maria” de Conceição Evaristo (publicado no livro *Olhos d’Água*) em diálogo com os estudos de Paulo Freire. Dali em diante, assumimos o desafio de levar essas reflexões para a sala de aula através de oficinas. Como pude discorrer nos capítulos anteriores, a escolha dessa proposta pedagógica foi motivada sobretudo por se relacionar à minha história de vida.

Os principais objetivos do trabalho aqui apresentados foram: observar como pessoas negras e nordestinas se reconhecem no conto selecionado; perceber se houve identificação da maioria dos estudantes como pessoas negras; observar se há presença de experiências e elementos de negritude em seus relatos e narrativas escritas.

Todas as oficinas foram realizadas no CEJA, localizado no Complexo da Maré, zona norte do Rio de Janeiro. As práticas pedagógicas que perpassaram cada momento em sala com os estudantes tiveram como fundamento o legado do pensamento de Freire, que iniciou as suas atividades por volta de 1950 e, na Universidade de Recife, criou o movimento de Cultura Popular.

Paulo Freire é um pensador comprometido com a vida: não pensa ideias, pensa existência. É também educador: existência seu pensamento numa pedagogia em que faço esforço totalizador da práxis humana busca, na interioridade desta, retotalizar-se como “prática da liberdade”. Em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à

dominação de consciências, a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes. (FREIRE, 1987, p.11)

Segundo os ensinamentos de Freire (1987), os saberes são trocados e, conjuntamente, vamos construindo novos saberes. Assim como Paulo Freire, me comprometo com a vida, procuro manter o olhar sensível e acolhedor para com o outro, respeitando a individualidade do sujeito e a sua escrevivência, objetivando à construção de novos saberes e à prática da liberdade.

No modo de pensar de Freire (1987), a troca de saberes ocorre através de diálogos, práticas e reflexões acerca da própria história de vida visando à libertação das classes dominadas e à construção desses novos saberes. O indivíduo aprende, assim, de forma comunitária e não individual. Saber viver coletivamente é de suma importância para se alcançar uma sociedade mais harmônica e trazer essa reflexão para a Maré, valorizando a experiência do povo negro e nordestino, os quais compõem esse território, é muito estimulante e enriquecedor.

Minha participação no Chá Literário foi um momento marcante. Pude ouvir depoimentos de alunos que, pela fala, percebia-se que se reconheciam como sujeitos autônomos e entendiam a importância de suas escrevivências, ao relatarem trechos dos seus contos no lançamento do livro de contos, fruto de nossas oficinas. Foi emocionante ser homenageada pelos profissionais do CEJA, os mesmos que eu fazia questão de exaltar e valorizar em todos os momentos de minha participação na instituição. Foi realmente um momento único, que finalizou com minha ida à formatura, evento do qual fui uma das incentivadoras.

Ao chegar à formatura, realizada no Museu da Maré, fui recebida calorosamente por todos e ali recebi dois grandes presentes, o primeiro foi a presença da aluna A.C.

O segundo presente foi a presença do aluno P.C., o qual, no início, se mostrava um aluno reativo, pois se negava a participar das atividades. Com paciência e afeto, eu conseguia fazer ele nos ouvir e executar as tarefas propostas, mas ele continuava isolado, com semblante sofrido. A presença dele na formatura foi muito importante para mim. Reencontrar todos os queridos alunos, que me emocionaram e me deram mais força para continuar a lutar por uma educação pública comprometida com a excelência da aprendizagem, foi, sem dúvida, gratificante.

Essa experiência me fez lembrar de um dos diálogos que tive com a coordenadora pedagógica da escola, Angélica: a mesma sinalizou que os portões da escola sempre ficam abertos para que os alunos possam ter a liberdade de entrar, sair e também que pessoas como eu possam entrar, participar e semear conhecimentos especiais.

Minha trajetória de vida me levou a aprender a encarar novos desafios, a procurar

compreender a dimensão humana, a colocar mais ainda em prática a empatia pelo próximo, a ouvir e apoiar histórias de vida. Durante as oficinas, em nossos debates, notava-se, pelas falas, que alguns estudantes sofriam com a baixa autoestima e, de certa maneira, meu trabalho contribuiu para um aumento do amor-próprio desses alunos, como pude verificar no decorrer de nossas interações.

Concluo o trabalho agradecendo a cada erro ocorrido, medos, inseguranças, impotências, entusiasmo, sede de aprendizagem, prestígio, resiliência, fé, foco, determinação, superação pois eles foram fundamentais para a minha formação como pessoa e profissional.

## RERERÊNCIAS

BRASIL. Decreto lei n **2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília: Planalto, 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm) Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto 5.478, de 24 de junho de 2005**. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Planalto, 2005. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/proeja>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL.**Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília: Planalto, 1989. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm). Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.639,09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)\_ Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n.11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm#:~:text=Alter a%20a%20Lei%20no,Afro%2DBrasileira%20e%20Ind%C3%ADgena%E2%80%9D](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm#:~:text=Alter a%20a%20Lei%20no,Afro%2DBrasileira%20e%20Ind%C3%ADgena%E2%80%9D). Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006). Acesso em: 27 de Jan. 2020.

BRASIL. **Lei 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.BrásÍlia: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm#:~:text=LEI](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm#:~:text=LEI). Acesso em: 9 ago. 2020.

CEJA MARÉ. **Projeto Político Pedagógico**. Rio de Janeiro, 2015/2017.

DUARTE, Cosntância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário. A. (org.). **Escrevivências: Identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Idea, 2016.

EVARISTO, Conceição. Em textos inéditos, escritores expressam desejos para 2020. **O Globo**. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/em-textos-ineditos-escretores-expressam-desejos-para-2020-1-24165702>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

EVARISTO, Conceição. Minha escrita é contaminada pela minha condição de mulher negra. **Nexo Jornal**. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>>. Acesso em: 25 jun. de 2019.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'Água**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2014.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/publication/267423926\\_Literatura\\_negra\\_uma\\_poetica\\_de\\_nossa\\_afro-brasilidade/link/5451e93f0cf24884d887153d/download](http://www.researchgate.net/publication/267423926_Literatura_negra_uma_poetica_de_nossa_afro-brasilidade/link/5451e93f0cf24884d887153d/download)>. Acesso em: 01 mar. de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. 23 reimpressão. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1987.

IGNACIO, Ana. Número alto de feminicídios no Brasil escancara negligência do Estado no combate à violência contra a mulher, apontam especialistas. **Portal Geledes**. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/por-que-e-equivoco-pensar-que-a-lei-do-feminicidio-e-solucao-para-violencia-fatal-contras-mulheres/>. Acesso em: 8 ago.2020.

LIMA, Isabela C. C. L. Intérprete: Isabela (Isa). Compositor: A. Marques. 2018. Disco Dona de Mim. Faixa 11 (3min 29seg). Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/iza/dona-de-mim/>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

MORAES, Orlinda Claudia R. de; MANSO, Flávia Vastano. **Dossiê Mulher: 2018**. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública; Rio Segurança, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York, EUA.1948. Disponível em: <https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao-direitos-humanos/>. Acesso em: 03 de set.2019.

PASINATO, Wania. Por que é equívoco pensar que a Lei do Feminicídio é solução para violência fatal contra as mulheres. [Entrevista cedida a] Ana Ignácio. **Portal Geledés**. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/por-que-e-equivoco-pensar-que-a-lei-do-feminicidio-e-solucao-para-violencia-fatal-contras-mulheres/>. Acesso em: 10 maio 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A reinvenção dos territórios na América Latina ABYA/YALA**. México: Universidad Nacional Autónoma de México/Instituto de

Investigaciones Sociales, 2012. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia\\_saude\\_publica/aulas%202014/2-carlos%20walter.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-carlos%20walter.pdf). Acesso em: 30 jun. 2019.

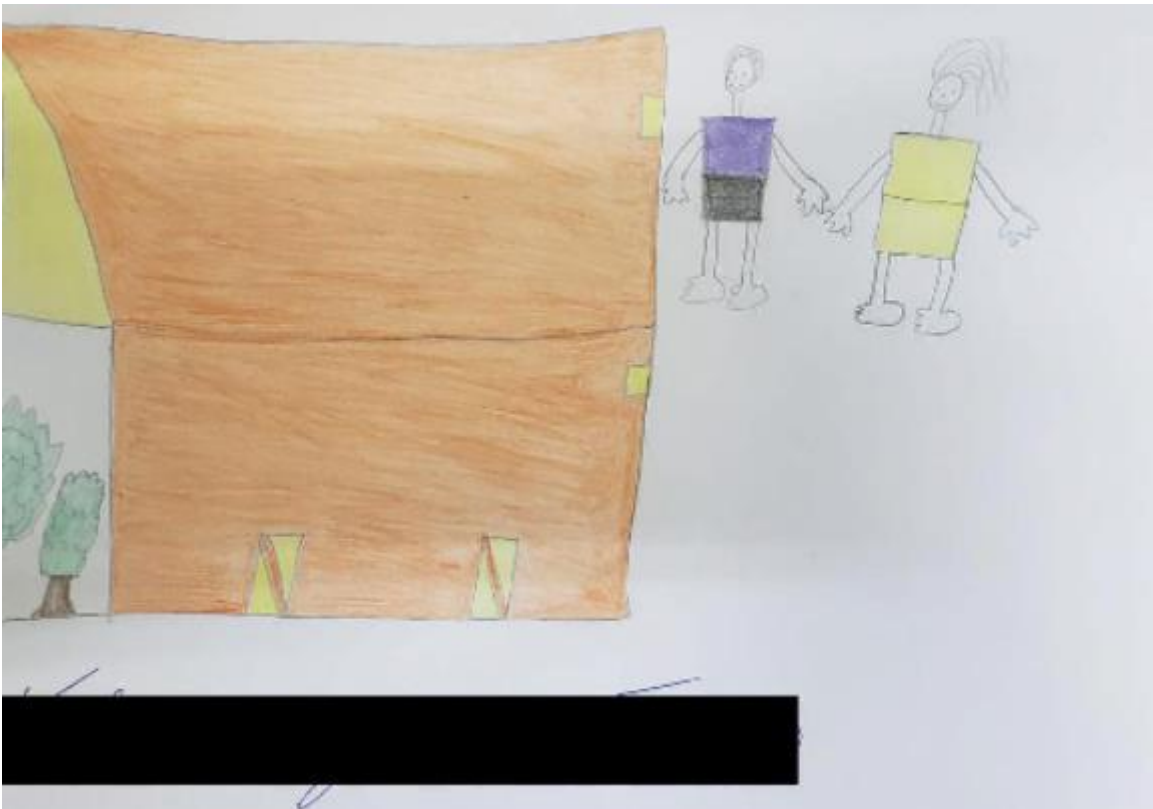
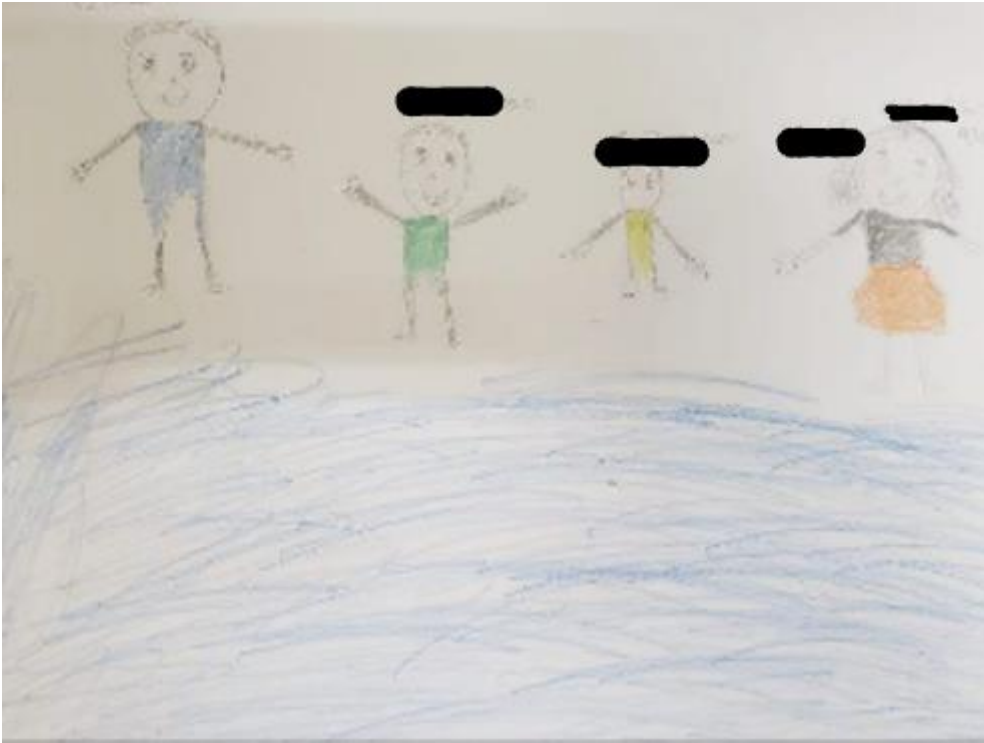
SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro. As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

**ANEXO A – DESENHOS PARA ILUSTRAR O LIVRO CONFECCIONADO PELOS ALUNOS**

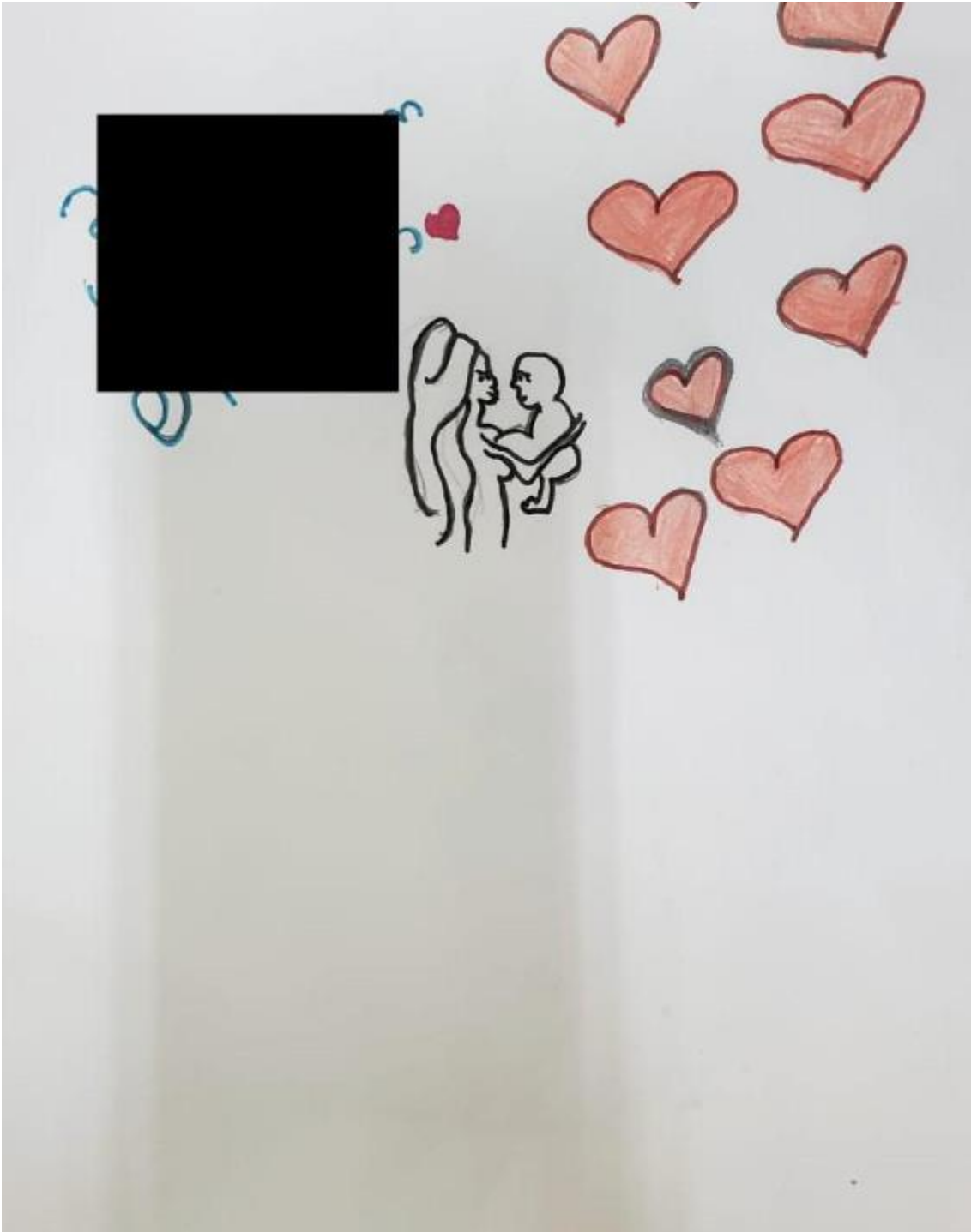












"Que minha coragem  
seja maior que meu  
medo e minha força  
seja tão grande quanto  
minha fé!"





